



SCINTILLA – EDUCAÇÃO E TRABALHO · PESQUISA Nº 1

Juventudes em Movimento

MAIO DE 2026



PUBLICAÇÃO Juventudes em Movimento, Pesquisa nº 1.
EDIÇÃO Maio de 2026.
REDAÇÃO Francisco Mello Castro.
REALIZAÇÃO Scintilla, Educação e Trabalho.
SITE scintilla.org.br

Sumário

Apresentação

Sumário executivo

Método

01 Os três movimentos das juventudes

02 Gênero nos três movimentos

03 Raça nos três movimentos

04 Renda do domicílio nos três movimentos

05 Quatro juventudes ao longo do tempo

06 As quatro juventudes através das regiões

07 Onde os jovens chegam aos 29

08 Implicações para as políticas públicas

09 Três direções de focalização

ANEXO Notas metodológicas adicionais

Referências bibliográficas

Apresentação

Juventudes em Movimento é a primeira publicação da agenda de pesquisas da Scintilla, Educação e Trabalho. Nesta publicação acompanhamos três gerações de jovens brasileiros entre 2021 e 2024, dos 17 aos 28 anos, e analisamos como a desigualdade entre eles se forma e se consolida nessa etapa da vida, com leitura voltada às políticas públicas.

A pergunta que orientou o trabalho: o que acontece com as juventudes brasileiras dos 17 aos 28 anos? A resposta, decomposta entre raça, renda, gênero e região, é o assunto destas páginas.

Há um debate antigo nas ciências sociais sobre se a juventude, no singular, tem unidade suficiente para sustentar políticas públicas dirigidas ao conjunto, ou se as diferenças internas (raça, renda, gênero e território) configuram grupos distintos. Os achados mostram grupos com trajetórias distintas o bastante para justificar tratamento diferenciado nas políticas públicas. A juventude brasileira no singular não dá conta dessas trajetórias plurais. A contribuição da publicação é dar a essa leitura o detalhe que os microdados do IBGE permitem.

Trabalhamos com microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na divulgação trimestral. A PNAD-C trimestral não identifica como subgrupos analíticos populações LGBTQIA+, povos indígenas em terras tradicionais, comunidades quilombolas nem pessoas com deficiência; a leitura por essas dimensões exige fonte específica e fica como agenda subsequente. Reconstruímos três coortes sintéticas (três gerações observadas em paralelo entre 2021 e 2024), organizadas como três movimentos consecutivos da faixa jovem analisada. O Movimento I, dos 17 aos 20, é a transição da escola para o mundo do trabalho. O Movimento II, dos 21 aos 24, é o jovem em desenvolvimento. O Movimento III, dos 25 aos 28, é a entrada na vida adulta. A leitura conjunta cobre o percurso das três coortes brasileiras (1995–1996, 1999–2000 e 2003–2004) sob o mesmo período econômico e político (2021–2024). Acrescentamos a esses três movimentos uma foto adicional aos 29 anos, último ano da juventude pelo Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013), que descreve o desfecho ocupacional da coorte por nível de especialização da ocupação (CBO 2002), presença em estudo e ausência de ocupação — o capítulo "Onde os jovens chegam aos 29" trata desse recorte. A coorte mais jovem (Movimento I) cursou os anos finais do ensino médio em 2018–2021, faixa em que o impacto pandêmico sobre o calendário escolar foi mais agudo; parte do quadro registrado nesta publicação carrega esse efeito específico de coorte e de período, distinto do que se observaria em coortes formadas em outros ciclos.

A estrutura da publicação privilegia os eixos de desigualdade. Cada eixo (gênero, raça, renda do domicílio) é descrito em sua trajetória pelos três movimentos, com leitura interseccional combinando raça e sexo, e checagem na escala regional. Em vez de estudar cada geração isoladamente, o leitor vê a desigualdade brasileira atravessando o período inteiro. Os achados confirmam o

tamanho e a estrutura de desigualdades já documentadas (IBGE, 2024); o que acrescentamos é o detalhe da análise combinando os eixos de desigualdade e a leitura sequencial das três coortes.

A Scintilla atua com Secretarias estaduais e municipais, com o Ministério da Educação e com parceiros do terceiro setor no fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica. Esta publicação faz parte desse esforço.

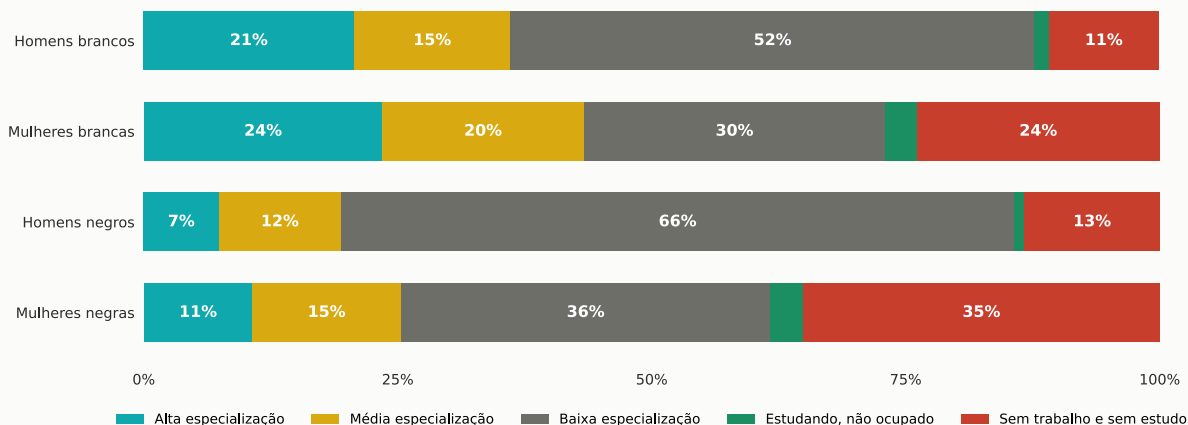
Sumário executivo

Acompanhamos três gerações de jovens brasileiros entre 2021 e 2024, dos 17 aos 28 anos. O quadro:

O Brasil não tem uma juventude. Tem trajetórias juvenis estruturalmente divergentes, que se formam entre 17 e 21 anos e levam a posições distintas no mercado de trabalho ao fim da juventude.

Onde os jovens chegam aos 29

Distribuição da subcoorte aos 29 anos (último ano da juventude) por nível de especialização da ocupação (CBO 2002), estudo e ausência de ocupação. 2024.



FORNE – MICRODADOS PNAD CONTÍNUA TRIMESTRAL 2024Q1-Q4, IBGE. PONDERA POR V1028.

FIGURA A – ONDE OS JOVENS CHEGAM AOS 29: DISTRIBUIÇÃO AOS 29 ANOS (ÚLTIMO ANO DA JUVENTUDE) POR NÍVEL DE ESPECIALIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO (CBO 2002), ESTUDO E AUSÊNCIA DE OCUPAÇÃO. 2024.

Cinco números desta pesquisa

- 63%** das pessoas sem trabalho e sem estudo aos 28 anos vivem nas duas faixas mais baixas de renda do domicílio, que reúnem 50% da coorte.
- 27 pp** separam a mulher negra (38%) do homem branco (11%) na taxa de pessoas sem trabalho e sem estudo aos 28 anos.
- 21 pp** separam a mulher negra do Nordeste (48%) da mulher negra do Sul (27%) na mesma taxa, aos 28 anos.
- 18 pp** separam o homem branco (49%) da mulher negra (31%) na presença em trabalho com carteira aos 28 anos.

3× a presença em ocupações de alta especialização aos 29 anos é cerca de três vezes maior entre homens brancos (21% do grupo) que entre homens negros (7%); duas vezes maior entre mulheres brancas (24%) que entre mulheres negras (11%).

A pesquisa acompanha três coortes sintéticas de jovens brasileiros nos quatro trimestres de cada ano entre 2021 e 2024, organizadas como três movimentos consecutivos da janela jovem. O Movimento I (dos 17 aos 20 anos, nascidos em 2003 ou 2004) é a transição da escola para o mundo do trabalho. O Movimento II (dos 21 aos 24, nascidos em 1999 ou 2000) é o jovem em desenvolvimento. O Movimento III (dos 25 aos 28, nascidos em 1995 ou 1996) é a entrada na vida adulta.

Cada coorte foi dividida em seis condições mutuamente exclusivas (trabalho com carteira; trabalho sem carteira; estudo no ensino superior com ou sem trabalho; só estudo no superior; ensino fundamental, médio ou Educação de Jovens e Adultos (EJA); e pessoas sem trabalho e sem estudo, grupo que a literatura internacional designa pela sigla NEET, usada pela OIT e pela OCDE) e cruzada por raça, sexo e quatro faixas de renda do domicílio em salário mínimo (sem rendimento do trabalho dos demais moradores; até meio SM per capita; de meio a dois SM; dois SM ou mais). A construção operacional dessas condições está detalhada no método.

A leitura é plural. Os dados mostram grupos com trajetórias distintas o bastante para sustentar tratamento diferenciado nas políticas públicas. Seis achados estruturam essa leitura.

A presença de jovens fora de trabalho e fora de estudo se concentra nas faixas inferiores de renda do domicílio. Aos 17 anos, a parcela sem trabalho e sem estudo é próxima entre as quatro faixas (entre 10% e 13%). Aos 28 anos, as duas faixas mais baixas de renda do domicílio reúnem 50% da coorte e concentram 63% do total sem trabalho e sem estudo; as duas faixas com renda do trabalho intermediária e mais alta reúnem 50% da coorte e 37% desse grupo. Ao longo do arco 17–28, a condição sem trabalho e sem estudo migra para as faixas mais baixas. Políticas públicas dirigidas ao jovem brasileiro como conjunto tratam como uniforme uma estrutura cuja distribuição fica progressivamente mais desigual com a idade.

Há ao menos quatro juventudes distintas aos 28 anos. Combinando raça e sexo, a probabilidade de uma mulher negra estar fora do mercado e fora da escola aos 28 é 3,5 vezes a de um homem branco, uma diferença absoluta de 27 pontos percentuais: 38% contra 11%. Mulher branca: 26%. Homem negro: 14%. Os quatro grupos diferem no tempo que passam fora de ocupação e estudo e também no perfil interno das outras condições. O grupo de homens brancos concentra-se em trabalho. O grupo de mulheres negras está dividido quase equilibradamente entre trabalho com carteira, trabalho sem carteira e ausência de ocupação. Cada uma das quatro juventudes é alvo próprio das políticas públicas. As quatro são reconhecíveis em todas as cinco grandes regiões, mas em tamanhos distintos por região: as diferenças entre regiões crescem do homem branco (amplitude de 7 pontos entre Sul e Nordeste) até a mulher negra (amplitude de 21 pontos). Política nacional única só funciona se for ajustada região por região. As quatro juventudes correspondem ao cruzamento de raça e sexo na captação da PNAD-C trimestral. A pesquisa não identifica como subgrupos analíticos populações LGBTQIA+, povos indígenas, comunidades quilombolas e

pessoas com deficiência: a leitura por essas dimensões requer fonte específica e fica como agenda subsequente.

As juventudes negras não entram mais tarde no ensino superior: entram menos. Entre os 18 e os 28, a jovem branca está cursando ensino superior em proporção entre 1,5 e 2 vezes a da jovem negra, com valores observados entre 1,5 (aos 25 anos) e 2,0 (aos 21 anos). Aos 28, o ensino superior fica residual em torno de 10% da coorte. A desigualdade racial no acesso ao superior não é uma janela de entrada deslocada; é uma janela menor.

O trabalho sem carteira sobe ao longo de todo o arco 17–28 e tem diferença racial dentro da mesma faixa de renda do domicílio. A proporção de jovens trabalhando sem carteira sai de 14% aos 17 anos e chega a 35% aos 28. Mais que duplica e não para de subir. Comparando jovens da mesma faixa de renda do trabalho domiciliar até meio salário mínimo per capita aos 28, o homem negro está 11 pontos percentuais acima do homem branco no trabalho sem carteira (58% contra 47%). A diferença racial aparece também entre jovens da mesma faixa de renda.

Mulheres jovens saem do mercado entre 21 e 25 anos e depois retornam. Entre os 17 e os 21 anos, a proporção de mulheres jovens fora de trabalho e fora de estudo sobe de 14% para 37%. Aos 25 chega a 39%. Aos 28 cai para 33%. A curva tem forma de U invertido. A PNAD-C trimestral não registra cuidado de filhos ou afazeres domésticos, então a causa direta não está no dado e a pesquisa não atribui causalidade. O nível absoluto do pico aos 25 reflete em parte o efeito do período (aos 25 anos os jovens dessa coorte estavam em 2021, ano de mercado de trabalho deprimido pela pandemia); a hipótese de maternidade é candidata para parte do achado, sustentada pela coincidência do pico com a janela típica de primeiro filho na coorte 1995–1996, mas o teste dessa hipótese requer pesquisa específica com a versão anual da PNAD Contínua ou levantamento dedicado. A reentrada no mercado, quando ocorre, é predominantemente sem carteira.

Ao fim da juventude (29 anos), o desfecho combina três dimensões: especialização da ocupação, taxa de participação e ausência de ocupação. A foto aos 29 anos, último ano da juventude pelo Estatuto da Juventude, mostra distribuições estruturalmente distintas entre os quatro grupos. Em ocupações de alta especialização (CBO 2002, grandes grupos 1 e 2), a presença sobre o total do grupo aos 29 é 21% entre homens brancos, 24% entre mulheres brancas, 11% entre mulheres negras, 7% entre homens negros. Em ocupações de baixa especialização (grandes grupos 5 a 9), 66% dos homens negros, 52% dos homens brancos, 36% das mulheres negras, 30% das mulheres brancas. Em sem trabalho e sem estudo, 35% das mulheres negras, 24% das mulheres brancas, 13% dos homens negros, 11% dos homens brancos. O eixo racial separa os grupos com gradiente forte em alta especialização; o eixo de gênero, dentro de cada grupo racial, age em duas direções diferentes: mulheres têm taxa de participação ocupacional menor que homens da mesma raça, mas as ocupadas estão em proporção maior em alta especialização. As trajetórias divergentes da janela jovem levam a quatro perfis distintos ao fim da juventude.

As juventudes brasileiras observadas dos 17 aos 28 não convergem a uma média comum. As posições com que cada grupo entra parecem orientar as posições em que ele sai. Aproximadamente um em cada quatro brasileiros que chegam aos 28 anos o faz sem ocupação produtiva nem matrí-

cula formal. A janela observada (2021–2024) atravessa um ciclo macroeconômico instável, e os pontos correspondentes a 2021 (idades 17, 21 e 25 nas três coortes) refletem mercado deprimido pela pandemia. O nível absoluto dos picos observados nessas idades reflete em parte o efeito do período; a existência, a direção e a ordem das diferenças entre os grupos seguem robustas, conforme detalhado no método e no anexo.

Método

Fonte

Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C), divulgação trimestral, IBGE. Foram processadas as dezesseis ondas trimestrais correspondentes a 2021, 2022, 2023 e 2024 (do primeiro ao quarto trimestre de cada ano). Os dados vieram do servidor oficial do Instituto, no diretório FTP de microdados da PNAD-C trimestral, na versão republicada em 15/08/2025 com calibração final pós-Censo 2022 (Nota Técnica 02/2025 do IBGE). Toda a série histórica trimestral foi re-ponderada pelo Instituto sob a mesma estrutura amostral, o que garante comparabilidade entre as ondas.

A PNAD-C trimestral não capta indicadores de aprendizagem (proficiência, IDEB, SAEB) nem trajetória escolar (evasão, atraso, completude do médio). A desigualdade educacional dentro da escola fica fora do alcance desta pesquisa, e a leitura comparada com fontes que cobrem essas dimensões (Inep, Censo Escolar, Saeb) é agenda subsequente.

Coortes

A pesquisa constrói três coortes sintéticas no mesmo período histórico, organizadas como três movimentos consecutivos da janela jovem em ordem etária crescente: a Coorte A cobre o Movimento I (mais jovem), a Coorte B o Movimento II (intermediário), e a Coorte C o Movimento III (mais velho). Os movimentos numerados (I, II, III) são a referência narrativa da publicação.

- **Coorte A, Movimento I (transição da escola para o trabalho).** Pessoas com 17 anos em 2021, 18 em 2022, 19 em 2023 e 20 em 2024. Nascidas entre 2003 e 2004. Cada idade-âncora agrega os quatro trimestres do ano correspondente.
- **Coorte B, Movimento II (jovem em desenvolvimento).** Pessoas com 21 anos em 2021, 22 em 2022, 23 em 2023 e 24 em 2024. Nascidas entre 1999 e 2000. Agregado de quatro trimestres por idade.
- **Coorte C, Movimento III (juventude para a vida adulta).** Pessoas com 25 anos em 2021, 26 em 2022, 27 em 2023 e 28 em 2024. Nascidas entre 1995 e 1996. Agregado de quatro trimestres por idade.

Coorte sintética não é painel longitudinal individual (DEATON, 1985). Cada pessoa observada em uma onda não é necessariamente a mesma pessoa observada na onda seguinte. O universo populacional é re-amostrado a cada trimestre. As inferências da pesquisa dizem respeito a coortes etárias equivalentes em ondas independentes, não a trajetórias individuais. Migração interna, mortalidade e mudança de domicílio atuam sobre a composição sem aparecer no dado.

O recorte etário 17–28 segue do desenho da coorte sintética sobre a janela temporal observada (2021–2024). Três coortes de quatro idades-âncora cobrem doze idades consecutivas. O Estatuto da Juventude define o jovem entre 15 e 29 anos: a publicação cobre doze das quinze idades, com 15–16 fora por concentração quase universal em ensino médio regular (baixa NEET, baixa variabilidade entre grupos) e 29 tratada em separado no Capítulo 7 como subcoorte da Coorte C em 2024 (último ano da janela do Estatuto).

Condições observadas

Para cada pessoa da coorte, atribuímos uma de sete condições mutuamente exclusivas, com a sétima reservada como categoria residual.

- **Formal só.** Trabalha com carteira assinada e não estuda.
- **Informal só.** Trabalha sem carteira e não estuda. A categoria reflete ausência de proteção formal plena no vínculo, na definição IPEA/OIT contemporânea, e agrupa empregado sem carteira (privado, doméstico, público), conta-própria (formalizado MEI ou não), empregador sem carteira de empregado e trabalhador familiar auxiliar. A categoria não é equivalente a "estabelecimento informal" (variável de informalidade do estabelecimento), nem a "sem contribuição previdenciária" (variável VD4012). Quando o texto desta publicação usa "informal" ou "trabalho sem carteira", a referência é à categoria operacional aqui descrita.
- **Formal e estuda no ensino superior.** Trabalha com carteira e cursa graduação ou pós-graduação.
- **Informal e estuda no ensino superior.** Trabalha sem carteira e cursa graduação ou pós.
- **Só estuda no ensino superior.** Não trabalha e cursa graduação ou pós.
- **No ensino fundamental, médio ou EJA.** Frequenta nível regular ou de jovens e adultos abaixo do superior e não trabalha. Jovens em ensino fundamental, médio ou EJA que também trabalham são classificados em "formal só" ou "informal só" conforme o vínculo. A regra "trabalho prevalece" reduz a parcela em "no ensino fundamental, médio ou EJA" relativa a uma definição que privilegiasse o estudo, e desloca essa parcela para as categorias de trabalho.
- **Sem trabalho e sem estudo.** Não trabalha e não frequenta escola regular.

A categoria *sem trabalho e sem estudo* desta pesquisa cobre quem não está em trabalho remunerado e não frequenta o ensino regular (fundamental, médio, EJA ou superior). Não é equivalente ao indicador NEET (Not in Education, Employment, or Training) na definição da OIT (ILO, 2024), que inclui também cursos não-regulares de qualificação profissional, treinamento via Sistema S, cursos técnicos não-regulares e similares. A PNAD-C trimestral não capta esses cursos, e parte das pessoas classificadas aqui como *sem trabalho e sem estudo* pode estar em alguma forma de treinamento. A magnitude esperada do viés é da ordem de poucos pontos percentuais agregados, com possível concentração em mulheres jovens em qualificação e jovens da faixa até 0,5 SM em PRO-NATEC. Pesquisa específica com PNAD-C anual (módulo suplementar de Educação) ou com cadastros do Sistema S é a fonte adequada para a versão estrita do indicador NEET. Onde o texto desta publicação usa "NEET", a referência é à categoria operacional aqui descrita.

A definição de "trabalha" segue a variável derivada VD4002 do IBGE: pessoa ocupada na semana de referência. A definição de "trabalho com carteira" combina dois agrupamentos: V4029 (pessoa com carteira de trabalho assinada, em qualquer setor) e VD4009 código 7 (militar ou servidor público estatutário, conforme classificação oficial do IBGE no quesito "posição na ocupação"). A combinação corresponde ao agrupamento de trabalho com proteção formal plena, em oposição ao trabalho sem carteira ou conta-própria. Tradicionalmente, parte da literatura brasileira sobre mercado de trabalho usou apenas V4029 (carteira CLT estritamente), mas o uso analítico contemporâneo do IPEA (Boletim Mercado de Trabalho — Conjuntura e Análise) e da OIT em comparações internacionais (categoria "wage and salaried workers in formal employment") inclui o vínculo estatutário, que tem proteção previdenciária integral, estabilidade e demais garantias do regime próprio. A inclusão é relevante para análise de juventude brasileira: estatutários jovens são parcela substantiva do mercado feminino formal (magistério público, saúde pública, assistência social) e do masculino formal (segurança pública), e a definição estrita V4029 subestima sistematicamente a proteção formal de mulheres jovens. A análise de sensibilidade no Anexo A documenta o desvio das duas definições nos achados-âncora dos quatro grupos aos 28 anos.

Decomposição

As seis condições foram decompostas por três eixos.

- **Sexo.** Masculino e feminino, conforme V2007. A PNAD-C registra a variável em formato binário e não capta identidade trans, não-binária ou de gênero. Pesquisa específica com fonte adequada é a próxima etapa para essa população.
- **Raça.** Branca e Negra (Preta e Parda agregadas, conforme padrão IBGE/IPEA), conforme V2010. As categorias Amarela, Indígena e Ignorada (1,0% da coorte total, equivalentes a aproximadamente 3.080 observações somadas nas três coortes do conjunto agregado) foram suprimidas das decomposições por raça por insuficiência de tamanho amostral nas células cruzadas com sexo, renda e idade-âncora. A supressão é técnica: a fonte e o desenho desta pesquisa não dão conta de contar essas pessoas com a robustez que merecem, e pesquisa específica exige amostra dedicada. A omissão não significa ausência: as três populações estão na coorte agregada e na decomposição por sexo e renda; só não aparecem na decomposição por raça.
- **Renda do domicílio.** Quatro faixas absolutas em salário mínimo, calculadas com o SM nominal de cada onda (R\$ 1.100 em 2021, R\$ 1.212 em 2022, R\$ 1.302 em 2023, R\$ 1.412 em 2024). A renda do domicílio per capita é calculada sobre o rendimento do trabalho dos demais moradores do domicílio, excluindo o próprio jovem da idade-âncora da soma e da contagem de moradores; jovens em domicílio unipessoal caem na faixa sem rendimento do trabalho por construção. A escolha evita reflexividade construcional na faixa sem rendimento do trabalho, e a sensibilidade comparada à definição alternativa (que inclui o jovem na soma) está reportada no Anexo. A primeira faixa é qualitativamente distinta: *domicílios sem rendimento do trabalho dos demais moradores*, em que nenhum outro morador tem rendimento do trabalho na semana de referência. As outras três são em renda dom./per capita do trabalho dos demais: até 0,5 SM (linha de pobreza brasileira), 0,5 a 2 SM (popular e médio), 2 ou mais SM (quartil superior de renda do trabalho dom./per capita). A PNAD-C trimestral não inclui rendimentos não-trabalho. A categoria *sem rendimento do trabalho* funciona como aproximação para domicílios sustentados por aposentadoria, BPC, Bolsa Família, outras transferências, sem renda monetária estável, ou unipessoais. É limitação central da pesquisa, declarada onde aparece. Faixas com n amostral menor que 50 foram suprimidas das figuras estratificadas; em particular, a faixa "2 ou mais SM" só tem cobertura suficiente a partir dos 20 anos.

A leitura cruzada raça-sexo apresentada no Capítulo 5 opera com o quadro metodológico discutido em BAUER (2014) para incorporação quantitativa da teoria interseccional.

Populações fora do alcance

A PNAD-C trimestral registra sexo em formato binário (V2007) e cor ou raça em seis categorias (V2010), três das quais (Amarela, Indígena e Ignorada) foram suprimidas das decomposições por raça por insuficiência amostral nas células cruzadas, conforme descrito acima. A pesquisa não identifica como subgrupos analíticos:

- **Populações LGBTQIA+.** A PNAD-C não capta identidade de gênero não-binária ou trans, orientação sexual ou configuração familiar homoafetiva.
- **Povos indígenas em terras tradicionais.** A amostra domiciliar da PNAD-C trimestral tem cobertura limitada em terras indígenas; a categoria Indígena na variável V2010 foi suprimida por baixa robustez nas células cruzadas com sexo, renda e idade-âncora.
- **Comunidades quilombolas.** Não há variável de identificação quilombola na PNAD-C trimestral. O Censo Demográfico 2022 introduziu pela primeira vez a captação desse grupo no sistema estatístico oficial brasileiro.
- **Pessoas com deficiência.** O módulo de PcD aparece na divulgação anual da PNAD-C, não na trimestral; a janela de coorte construída sobre as dezesseis ondas trimestrais de 2021 a 2024 não dá conta dessa decomposição.

A omissão é técnica e reflete o desenho da PNAD-C trimestral, não juízo sobre a relevância dessas populações para o estudo das juventudes brasileiras. Pesquisa específica com fonte adequada (Censo 2022, PNAD-C anual com módulo PcD, levantamento dedicado em terras indígenas e quilombolas, pesquisa qualitativa com população LGBTQIA+) é a próxima etapa para descrever essas trajetórias.

Pesos

Todas as estatísticas usam o peso pessoal calibrado V1028. As dezesseis ondas usadas na pesquisa foram baixadas do servidor FTP do IBGE em maio de 2026, em sua versão re-publicada após 15/08/2025, com calibração final pós-Censo 2022 aplicada a toda a série histórica trimestral. Nesta versão homogênea, não há descontinuidade ponderacional entre as ondas. A coorte 1995–1996 (com 25–29 anos no Censo 2022) é objeto de medição direta na re-calibração; as coortes mais jovens são projetadas a partir do mesmo Censo. O número amostral é reportado em todos os retratos individuais; células com n inferior a 50 foram suprimidas das decomposições com cruzamento triplo.

Janela temporal, ciclo macroeconômico e confluência idade-período

As dezesseis ondas processadas (Q1/2021 a Q4/2024) atravessam um período não estacionário da economia brasileira: saída da fase aguda da pandemia de covid-19, expansão do auxílio emergencial e seu encerramento gradual, reaquecimento do mercado de trabalho. A taxa nacional de desemprego cai de cerca de 14% no início de 2021 para cerca de 7% no final de 2024. A literatura sobre inserção juvenil no mercado de trabalho brasileiro em contexto macroeconômico não-estacionário documenta o padrão de avanço da informalidade e da ausência de ocupação em ciclos recessivos (CORSEUIL; FRANCA; POLOPONSKY, 2020).

A construção em três coortes sintéticas observadas no mesmo intervalo histórico tem consequência metodológica importante. Cada coorte parte de sua idade-âncora em 2021 (17 para a coorte A, 21 para a B, 25 para a C) e termina em sua idade final em 2024. Por construção, as três coortes registram a mesma trajetória cíclica do mercado de trabalho brasileiro, sobreposta à trajetória etária.

Os pontos correspondentes a 2021 (idades 17, 21 e 25) refletem mercado deprimido pela pandemia; os correspondentes a 2024 (idades 20, 24 e 28) refletem recuperação. As reduções observadas ao longo de cada coorte combinam, em proporção que a pesquisa não tem como isolar, efeito idade real e efeito da recuperação econômica do período.

A leitura mais segura é a seguinte. A existência e a direção dos hiatos entre grupos (por sexo, raça, renda) e o ranqueamento entre eles são robustos. A magnitude absoluta dos picos observados nas idades-âncora de 2021 (NEET feminina de 39% aos 25, NEET de mulher negra de 44% aos 25 e similares) está parcialmente afetada pelo efeito período. A forma das curvas (subida-pico-recuo) reflete combinação de movimento etário e movimento cíclico. Os gráficos lineares desta publicação trazem linhas verticais separando as três coortes, com a janela temporal de cada uma indicada, como apoio visual a essa leitura.

Pesquisa específica com janela mais ampla (incluindo, por exemplo, 2015–2019 como período pré-pandêmico) é a próxima etapa para distinguir o componente cíclico do estrutural nos achados.

Validação

O pipeline foi validado contra duas fontes externas independentes e por verificação cruzada interna entre ondas trimestrais. A janela etária desta pesquisa (idades-âncora 17–28) não é equivalente à da Síntese de Indicadores Sociais (15–29) nem à do indicador OIT/ILOSTAT (15–24); as comparações abaixo testam ordem de magnitude e ranqueamento, não equivalência idade-a-idade. As tabelas detalhadas estão no Anexo metodológico.

Em comparação com a Síntese de Indicadores Sociais 2024 (IBGE, Tabela 1.43, ano-base 2023), a razão entre a taxa NEET feminina e a masculina ficou em 1,81 nesta pesquisa para as idades-âncora 19, 23 e 27 em 2023, contra 1,90 na publicação do IBGE para a faixa 15–29. O ranqueamento é preservado e a magnitude do hiato por sexo bate dentro de 0,09 ponto na razão. Os níveis absolutos diferem em direção esperada (NEET nesta pesquisa fica acima do SIS por excluir 15–17, faixa de baixa NEET por alta matrícula em ensino médio).

A comparação com a série anual ILOSTAT/Banco Mundial para Brasil 15–24 (queda de 23,4% em 2021 para 19,3% em 2024) testa direção de tendência. A Coorte A nas idades-âncora 17–20 nesta pesquisa cobre uma idade por ano, sobrepondo efeito período (recuperação pós-pandêmica) a efeito idade (NEET cresce de 17 para 20). A comparação serve como verificação cruzada de ordem de grandeza, não de níveis ponto-a-ponto.

A verificação cruzada interna entre ondas trimestrais mede a estabilidade do pipeline. Para a idade 28 em 2024 (Coorte C, último ano-âncora, mercado mais estável), a amplitude máxima entre Q1 e Q4 é 0,7 ponto percentual; aos 24 em 2024, 2,0 pontos; aos 20 em 2024, 3,1 pontos. As amplitudes sobem para 4,3–8,7 pontos em 2021 (ano pandêmico, com tendência decrescente intra-ano forte e ruído amostral maior em idades mais novas). O padrão observado é compatível com efeito de período conhecido, e nenhuma onda trimestral isolada apresentou desvio que justificasse exclusão.

Tratamento de não-resposta

Variáveis com não-resposta são tratadas conforme o critério mais conservador para cada categoria. Não-resposta em V4029 (carteira assinada) cai em "trabalho sem carteira" se a pessoa estiver ocupada. Não-resposta em V3002 (frequência escolar) cai em "não estuda". Não-resposta em VD4019 (rendimento do trabalho) é convertida em zero, e o domicílio sem nenhum rendimento de trabalho declarado entra na faixa *sem rendimento do trabalho*. A taxa de não-resposta nas variáveis core da PNAD-C é tipicamente baixa (abaixo de 2% em raça, sexo e ocupação), e o tratamento descrito acima representa uma escolha conservadora cujo efeito agregado fica dentro da margem de erro amostral. Análise de sensibilidade dirigida ao impacto da não-resposta segue como agenda subsequente.

Reprodutibilidade

Os microdados da PNAD-C trimestral são públicos e estão disponíveis no servidor FTP do IBGE. A definição operacional de cada indicador está descrita neste capítulo. Os scripts de extração, transformação e análise são mantidos em repositório interno da Scintilla. Pedidos de replicação por pesquisadores, gestores públicos e parceiros institucionais podem ser dirigidos à organização.

Capítulo 1 – Os três movimentos das juventudes

As juventudes brasileiras se movem ao longo dessa etapa da vida com começo, meio e fim, e a posição de entrada parece estar estreitamente associada à posição de saída. A pesquisa observa esse processo em três coortes sintéticas, recortadas pelo mesmo período histórico (PNAD-C trimestral, 2021 a 2024, quatro trimestres por ano) e descritas pelo mesmo conjunto de variáveis. Cada coorte percorre quatro anos de vida.

A divisão narrativa segue a divisão da coorte etária.

Movimento I, dos 17 aos 20 anos. A transição da escola para o mundo do trabalho. Coorte nascida em 2003 ou 2004. Aos 17 a coorte é em sua maioria escolar; aos 20 a presença no ensino básico (regular ou na Educação de Jovens e Adultos, EJA) é residual e o que aparece no lugar dela é a estrutura ocupacional brasileira.

Movimento II, dos 21 aos 24 anos. O jovem em desenvolvimento. Coorte nascida em 1999 ou 2000. Período de consolidação ocupacional com a saída do ensino superior. O trabalho com carteira cresce, o trabalho sem carteira cresce também, o ensino superior atinge o pico e começa a encerrar.

Movimento III, dos 25 aos 28 anos. As juventudes começam a transição para a vida adulta. Coorte nascida em 1995 ou 1996. As posições mudam pouco. O ensino superior fica residual. A proporção em trabalho sem carteira aos 28 fica próxima da observada aos 24; o mesmo se observa para a condição sem trabalho e sem estudo.

Box 1 — Coorte sintética

Cada coorte agrega quatro idades-âncora em quatro anos consecutivos da PNAD Contínua trimestral. Os jovens observados aos 17 anos (em 2021) não são os mesmos observados aos 18 (em 2022): são amostras independentes da mesma coorte etária, todos nascidos no biênio 2003–2004 no caso da Coorte A. As inferências da pesquisa dizem respeito ao tipo "jovem brasileiro nascido em 2003–2004", e não a trajetórias individuais. O capítulo de Método descreve o desenho amostral e os intervalos de confiança aplicáveis.

Box 2 — A condição "sem trabalho e sem estudo" desta pesquisa

A pesquisa contabiliza como "sem trabalho e sem estudo" os jovens que não trabalham na semana de referência e não frequentam o ensino regular (fundamental, médio, EJA ou superior). Não é equivalente ao indicador NEET (Not in Education, Employment, or Training) na definição da OIT, que inclui também cursos não-regulares de qualificação profissional, treinamento via Sistema S e similares. A PNAD-C trimestral não capta esses cursos, e parte das pessoas classificadas aqui como sem trabalho e sem estudo pode estar em alguma forma de treinamento. O capítulo de Método trata do tamanho esperado do desvio.

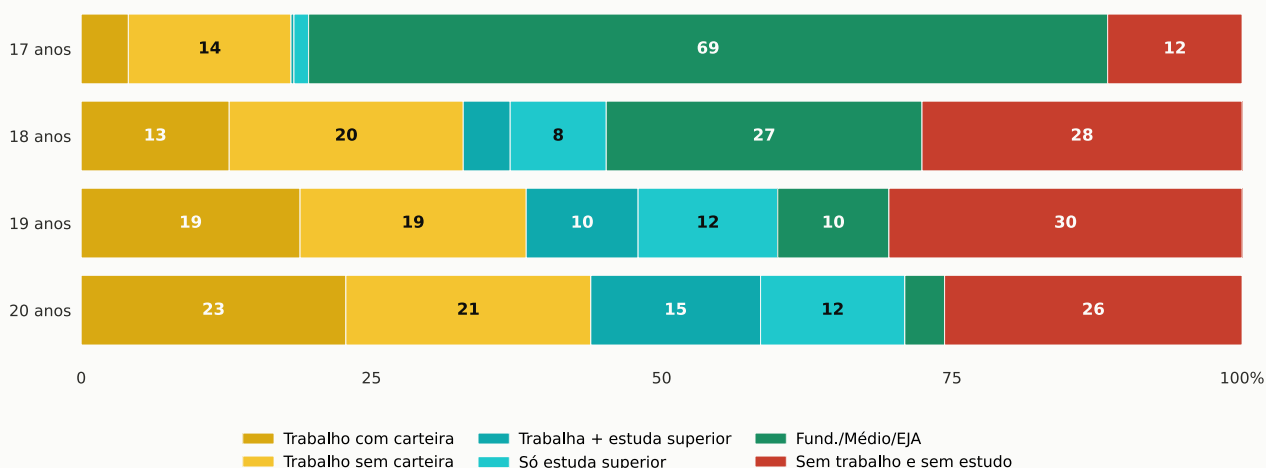
Box 3 — Como ler as margens estatísticas

As proporções reportadas têm margem amostral. Quando o texto diz que "a ordem entre os grupos é robusta" ou que "os intervalos não se sobrepõem", está dizendo que a diferença é maior do que essa margem. O Anexo metodológico reporta o intervalo de confiança a 95% de cada estimativa, e as ferramentas estatísticas (Bonferroni, DEFF) que confirmam a robustez dos achados-âncora.

A figura abaixo mostra o Movimento I, em distribuição percentual entre as seis condições que a pesquisa adota. Cada pessoa entra em uma só delas.

Movimento I — A escola termina, a desigualdade aparece

Coorte 2003-2004, dos 17 aos 20 anos. Distribuição (%) entre as seis condições da pessoa jovem



FONTE — MICRODADOS PNAD CONTÍNUA TRIMESTRAL, IBGE

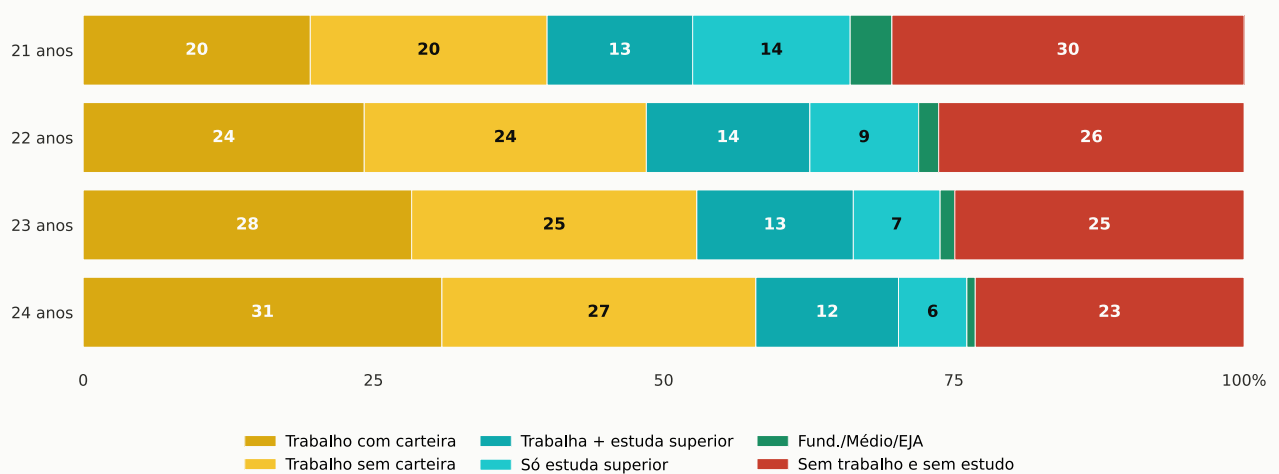
FIGURA 1 — MOVIMENTO I. DISTRIBUIÇÃO (%) DAS PESSOAS DA COORTE 2003-2004 ENTRE AS SEIS CONDIÇÕES, DOS 17 AOS 20 ANOS.

Aos 17 anos, dois terços da coorte estão no ensino fundamental, médio ou EJA. Trabalho com carteira, trabalho sem carteira e ensino superior pesam pouco no agregado. A escola é o organizador do dia para a maioria. Aos 18, a presença no nível básico cai para um quarto. Aos 19, para um dé-

cimo. O destino que mais cresce no lugar do ensino básico é a condição de pessoas sem trabalho e sem estudo: aos 17 ela acolhe pouco mais de um décimo da coorte; aos 18, mais de um quarto; aos 20, ainda um quarto. A maioria não vai diretamente para o trabalho com carteira, e a maioria não vai diretamente para o ensino superior. Aos 17, com a matrícula no ensino básico majoritária, os indicadores que esta pesquisa observa (trabalho, ensino superior, ausência de ocupação) são pouco discriminantes entre os grupos. Quando o ensino básico termina, esses indicadores se separam por sexo, raça e renda. A pesquisa não mede aprendizagem nem trajetória dentro da escola. A desigualdade educacional pode já estar formada antes — em proficiência, evasão, atraso ou completude do médio — e a PNAD-C trimestral não capta essas dimensões.

Movimento II — O jovem em desenvolvimento

Coorte 1999-2000, dos 21 aos 24 anos. Distribuição (%) entre as seis condições da pessoa jovem



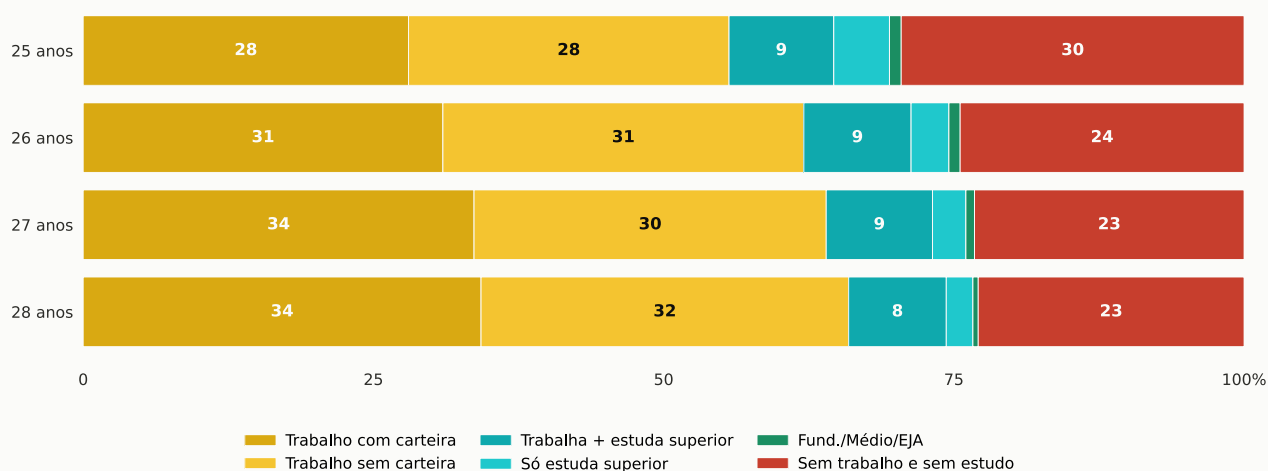
FONTE — MICRODADOS PNAD CONTÍNUA TRIMESTRAL, IBGE

FIGURA 2 – MOVIMENTO II. DISTRIBUIÇÃO (%) DAS PESSOAS DA COORTE 1999-2000 ENTRE AS SEIS CONDIÇÕES, DOS 21 AOS 24 ANOS.

O Movimento II começa aos 21 com o ensino superior próximo do pico (cerca de 27% da coorte) e a condição sem trabalho e sem estudo em pouco menos de um terço. Em quatro anos, o ensino superior cai para 18% à medida que a coorte sai da universidade, o trabalho com carteira (carteira CLT ou estatutário) cresce de 26% aos 21 para 38% aos 24, o trabalho sem carteira de 27% para 32%, e a ausência de ocupação recua para um quarto. As duas formas de trabalho absorvem, em conjunto, a saída agregada do superior; a coorte sintética não permite atribuir a redistribuição em proporções individuais. As posições estabelecidas no Movimento I se realocam, mas a quantidade de pessoas em cada destino estrutural permanece na mesma faixa. O processo se assemelha mais à consolidação de posições do que ao embaralhamento delas.

Movimento III — A entrada na vida adulta

Coorte 1995-1996, dos 25 aos 28 anos, Distribuição (%) entre as seis condições da pessoa jovem



FONTE — MICRODADOS PNAD CONTÍNUA TRIMESTRAL, IBGE

FIGURA 3 — MOVIMENTO III. DISTRIBUIÇÃO (%) DAS PESSOAS DA COORTE 1995-1996 ENTRE AS SEIS CONDIÇÕES, DOS 25 AOS 28 ANOS.

O Movimento III começa aos 25 e termina aos 28. Aos 25 anos, o ensino superior já está em queda e a condição sem trabalho e sem estudo registra um pico temporário (cerca de 30% da coorte, com peso desproporcional das mulheres negras, conforme o Capítulo 5). Entre 25 e 28, a presença sem trabalho e sem estudo recua para 23%, o ensino superior estabiliza em torno de 11%, e o trabalho com carteira e sem carteira crescem para absorver o recuo. Aos 28, o trabalho com carteira (CLT ou estatutário) atinge cerca de 40% da coorte e o trabalho sem carteira fica em 35%. **A condição sem trabalho e sem estudo aos 28 fica em 23% da coorte: aproximadamente um em cada quatro brasileiros que entram na vida adulta o faz sem ocupação produtiva nem matrícula formal.** O número não é fenômeno passageiro; é posição estrutural de um quarto da coorte aos 28 anos.

Lidos juntos, os três movimentos compõem o desenho das três coortes brasileiras observadas em 2021-2024. Aos 17, com a maioria da coorte ainda no ensino médio, os indicadores de desigualdade entre os grupos são pequenos. Quando a presença no ensino médio termina, esses indicadores crescem e estabilizam em patamares estruturalmente distintos por grupo. A PNAD-C trimestral não identifica como subgrupos analíticos populações LGBTQIA+, povos indígenas em terras tradicionais, comunidades quilombolas nem pessoas com deficiência; o capítulo de Método detalha o escopo desses limites. Os capítulos a seguir decompõem esse desenho por três eixos: gênero, raça e renda do domicílio. Cada um mostra como uma face da desigualdade brasileira se observa ao longo das doze idades-âncora observadas (17 a 28), e como ela se comporta entre o início e o fim do arco.

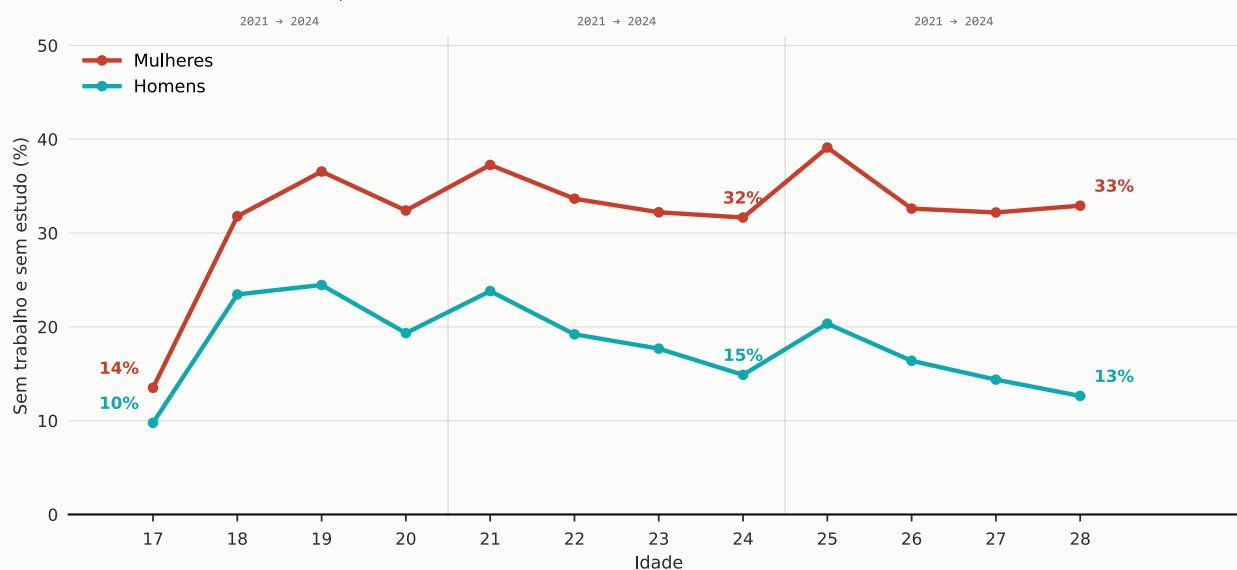
Em todos os eixos, os dados convergem num mesmo achado: as diferenças entre os grupos se mantêm ou crescem com a idade.

Capítulo 2 – Gênero nos três movimentos

A média da coorte esconde duas histórias diferentes: mulheres e homens seguem caminhos distintos, e a diferença cresce com a idade.

A diferença por sexo cresce com a idade

Pessoas sem trabalho e sem estudo (%), por sexo, dos 17 aos 28 anos



FORNTE – MICRODADOS PNAD CONTÍNUA TRIMESTRAL, IBGE

FIGURA 4 – PESSOAS SEM TRABALHO E SEM ESTUDO (%), POR SEXO, DOS 17 AOS 28 ANOS. INTERVALOS DE CONFIANÇA A 95% REPORTADOS NO ANEXO.

Movimento I. Aos 17, mulheres e homens estão em posições semelhantes. A taxa feminina de pessoas sem trabalho e sem estudo é de cerca de 14%; a masculina, 10%. Aos 18, a parcela feminina sem ocupação salta para perto de 32% enquanto a masculina vai a 24%. A diferença cresce quando o ensino médio termina. Aos 20, a feminina recua para 32% e a masculina para 19%; a diferença se estabiliza em torno de 13 pontos percentuais.

Movimento II. A coorte 1999–2000, observada dos 21 aos 24, mostra a diferença mantendo-se aberta e crescendo lentamente. Aos 21, a parcela feminina sem ocupação está em 37%, a masculina em 24%. Aos 24, a feminina chega a 32% e a masculina cai para 15%. A diferença passou de 13 pontos para 17. Em uma janela jovem entendida como fase de transição, com mais idade mulheres e homens deveriam se aproximar em condição de trabalho e estudo. Os dados mostram o contrário: o homem se fixa no trabalho, e a mulher se fixa em proporção alta na ausência de ocupação.

Movimento III. A coorte 1995–1996, observada dos 25 aos 28, mostra a diferença em seu patamar mais alto. Aos 28, a parcela feminina sem ocupação é de 33%, a masculina de 13%. A diferença chega a 20 pontos percentuais. Não diminuiu com a idade: passou de 13 pontos no Movimento I para 20 pontos no Movimento III, crescimento na ordem de uma vez e meia.

A direção do movimento é assimétrica. A parcela de homens sem trabalho e sem estudo cai com a idade. A curva masculina vai de 24% aos 18 a 13% aos 28. A curva feminina sobe de 14% aos 17 para 32% aos 18, fica perto desse patamar nos Movimentos I e II, e estabiliza em torno de 33% no Movimento III. O destino dos dois sexos se afasta com a idade: a coorte masculina concentra-se em trabalho, dividido entre vínculo com carteira/estatutário e vínculo sem carteira em proporções comparáveis; a coorte feminina concentra parcela substantiva fora do mercado de trabalho.

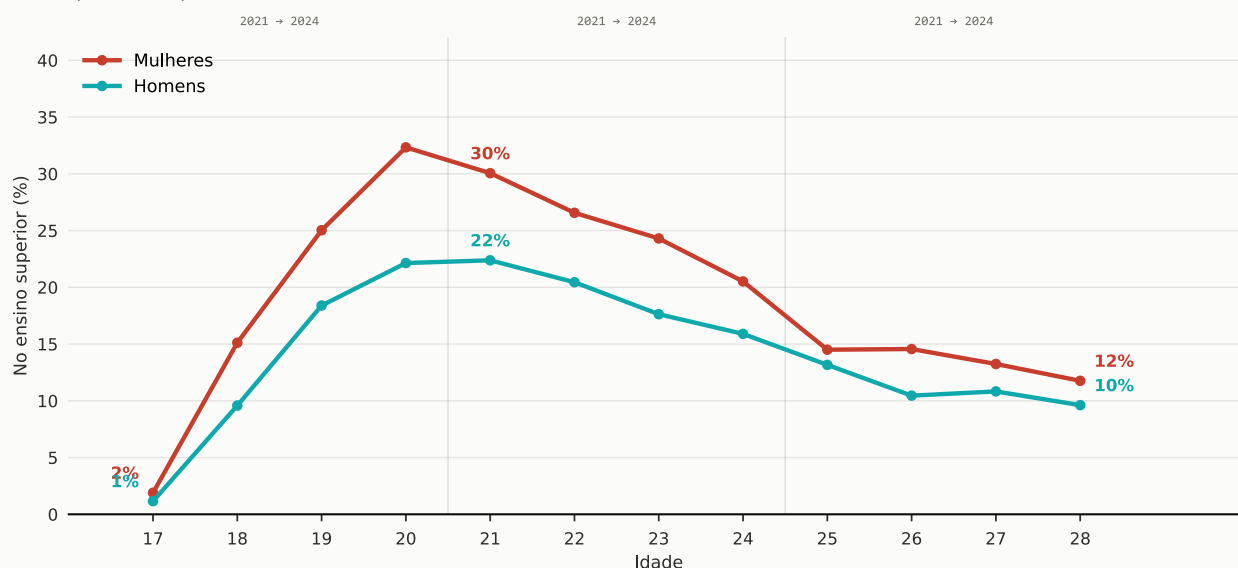
A pergunta sobre o que a mulher faz quando não trabalha e não estuda fica fora do alcance da PNAD-C trimestral. A variável de afazeres domésticos aparece só na divulgação anual do IBGE (módulo *Outras formas de trabalho*; ver IBGE, 2023), e a presença de filhos no domicílio não vem com o detalhe que o tema exigiria. A literatura brasileira sobre conciliação entre família e trabalho documenta o papel da estrutura desigual de cuidado na participação feminina no mercado (SORJ; FONTES; MACHADO, 2007). O que esta pesquisa documenta é que a condição *sem trabalho e sem estudo* concentra mulheres em proporção crescente com a idade, e que o tamanho da diferença em relação aos homens é maior aos 28 do que aos 18. A PNAD-C trimestral não permite recorte por identidade de gênero não-binária ou trans; a decomposição por raça e território nas trajetórias femininas é tratada nos Capítulos 3, 5 e 6.

A maternidade aparece como hipótese para parte do achado, sustentada pela coincidência do crescimento da curva com a janela típica do primeiro filho, mas o teste dessa hipótese requer pesquisa específica com PNAD-C anual ou levantamento dedicado, fora do escopo desta pesquisa. O nível absoluto dos picos observados (em particular o feminino aos 25, idade observada da coorte 1995–1996 em 2021) reflete em parte o efeito do período: a pandemia deprimiu o mercado de trabalho com peso desproporcional sobre mulheres, jovens e informais. A diferença entre os sexos e seu crescimento com a idade são robustos a essa observação.

A diferença entre os sexos pesa também sobre o que a coorte faz quando está ocupada. Os homens predominam no trabalho sem carteira: aos 20, a parcela masculina em trabalho sem carteira (32%) está cerca de 40% acima da feminina (23%); aos 28, ainda fica acima. As mulheres aparecem em maior proporção no ensino superior nas mesmas idades.

Mulheres acessam o superior em maior proporção que homens

No ensino superior (%), por sexo, dos 17 aos 28 anos



FONTE – MICRODADOS PNAD CONTÍNUA TRIMESTRAL, IBGE

FIGURA 5 – NO ENSINO SUPERIOR (%): SÓ ESTUDA + ESTUDA E TRABALHA (COM OU SEM CARTEIRA), POR SEXO, DOS 17 AOS 28 ANOS. INTERVALOS DE CONFIANÇA A 95% REPORTADOS NO ANEXO.

Entre 18 e 22 anos, a parcela feminina no ensino superior (somando "só estuda no superior" e "estuda no superior e trabalha") fica sistematicamente acima da masculina. O pico feminino chega a 32% aos 20 anos; o masculino, a 22% aos 21. Depois dessas idades, as duas curvas decrescem em ritmo parecido, mas a feminina permanece acima até os 28. Na média da coorte captada pela PNAD-C, aos 28 anos a juventude feminina chega a dois caminhos mais comuns (ensino superior e ausência de ocupação) e a masculina, a um (trabalho).

A leitura conjunta entre os dois gráficos do capítulo registra um achado central. Entre os 18 e os 22 anos, a coorte feminina passa pelo ensino superior em proporção sistematicamente maior do que a masculina: aos 20 anos, 32% contra 22%. Aos 28 anos, contudo, a participação feminina no mercado de trabalho é menor que a masculina: 63% das mulheres estão em alguma forma de trabalho contra 86% dos homens, e a parcela feminina sem trabalho e sem estudo é 2,6 vezes a masculina. Entre as mulheres ocupadas ao fim da juventude, o perfil ocupacional é mais especializado que entre os homens, conforme o Capítulo 7: a média feminina combina, portanto, taxa de participação menor com perfil ocupacional mais especializado entre as ocupadas. A pesquisa não rastreia trajetórias individuais; as hipóteses candidatas para a participação reduzida (estrutura desigual de cuidado, segregação ocupacional, discriminação no mercado, escolha de área no superior) ficam como agenda para pesquisa específica.

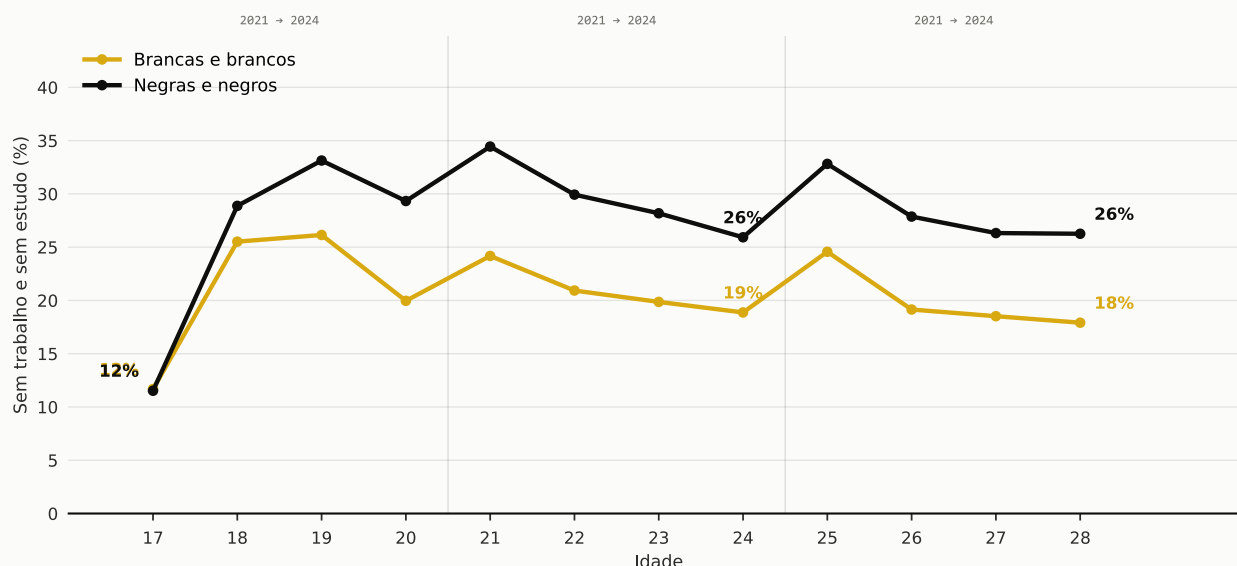
A média da coorte tomada em conjunto não capta nenhuma das duas trajetórias. Políticas juvenis sem instrumentos específicos por sexo agem sobre uma coorte agregada que esconde dois caminhos muito diferentes no mercado de trabalho.

Capítulo 3 – Raça nos três movimentos

No início da janela jovem, as diferenças raciais ainda são pequenas; crescem ao longo dos três movimentos. A literatura sobre desigualdade racial no Brasil documenta há décadas o padrão de cristalização de desvantagens da população negra ao longo do ciclo de vida (HASENBALG, 1979; PINHEIRO et al., 2008).

A diferença racial na ausência de ocupação

Pessoas sem trabalho e sem estudo (%), por raça, dos 17 aos 28 anos



FORNTE – MICRODADOS PNAD CONTÍNUA TRIMESTRAL, IBGE

FIGURA 6 – PESSOAS SEM TRABALHO E SEM ESTUDO (%), POR RAÇA, DOS 17 AOS 28 ANOS. INTERVALOS DE CONFIANÇA A 95% REPORTADOS NO ANEXO.

Movimento I. Aos 17 anos, brancos e negros da coorte 2003–2004 estão em posições próximas. A parcela em trabalho sem carteira é semelhante (em torno de 14% e 15%), e a parcela sem trabalho e sem estudo é semelhante (12% nos dois grupos).

Um ano depois, aos 18, o quadro muda em tamanho. A parcela de brancos em "só estuda no superior" fica em mais que o dobro da negra. Aos 20, a diferença em ensino superior é a marca dominante: brancos somam 37% do grupo no superior; negros, 21%. A diferença na ausência de ocupação aos 20 é de cerca de nove pontos: brancos 20%, negros 29%.

Movimento II. A coorte 1999–2000 confirma o achado e mostra a sua direção. Aos 21, brancos sem trabalho e sem estudo são 24%; negros, 34%. A diferença é de 10 pontos. Aos 24, brancos chegam a 19% e negros a 26%; a diferença cai para 7 pontos, mas o número absoluto de cada grupo

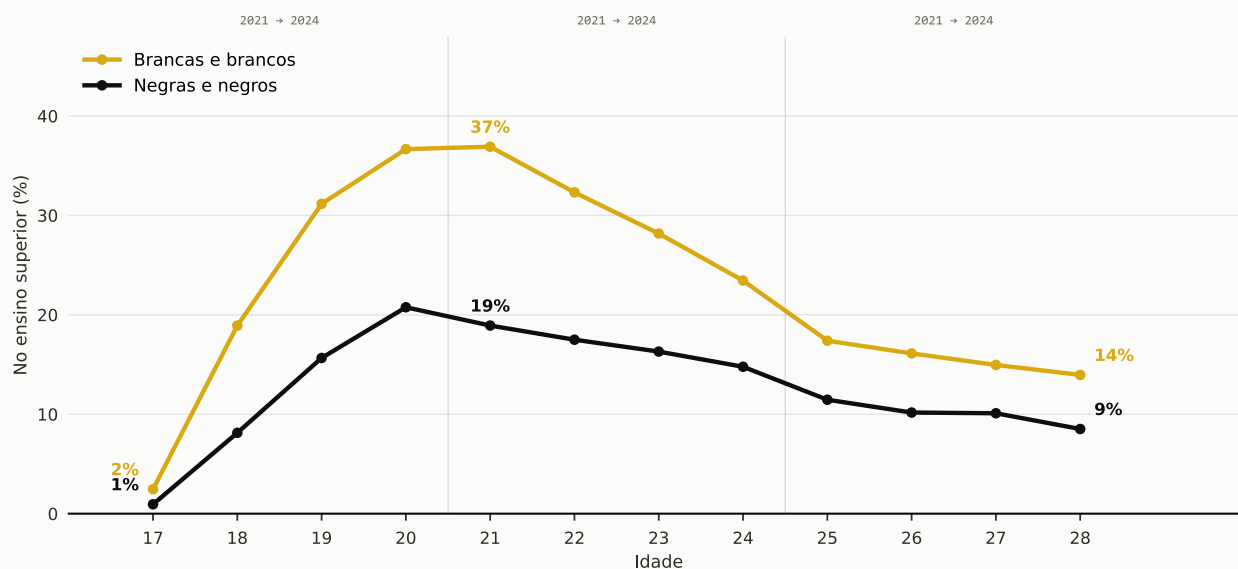
se mantém alto. No ensino superior, a diferença é mais aguda. Aos 21, brancas e brancos somam 37% do grupo no superior; negras e negros, 19%. Aos 24, brancos chegam a 24% e negros a 15%. A diferença em superior se reduz com a idade. A aritmética das curvas sugere que isso se dá pela saída de jovens brancos (que concluem o curso ou interrompem o estudo), não pela entrada subsequente de negros; a pesquisa não decompõe os fluxos. A diferença racial em quem fez o superior, lá no fim da coorte, está fixada.

Movimento III. A coorte 1995–1996, observada dos 25 aos 28, mostra a diferença racial em sua versão estabilizada. Brancos sem trabalho e sem estudo aos 28 são 18%; negros, 26%. A diferença é de oito pontos percentuais e não se move ao longo dos quatro anos do Movimento III. A diferença racial não se amplia ao longo da vida adulta jovem. Aparece com tamanho maior na faixa de 18 a 22 anos, em que se observa diferença marcada no acesso ao ensino superior entre brancos e negros, e fica em patamar estável para o resto do período observado.

A leitura conjunta dos três movimentos mostra que a diferença racial nas juventudes brasileiras é reconhecível já aos 17 anos e cresce entre 17–22 anos, em coincidência com a janela em que o acesso ao ensino superior diverge mais entre os dois grupos. A partir dos 25, a diferença se estabiliza no patamar atingido no fim do Movimento II e não se move ao longo do Movimento III. O resultado agregado é uma diferença consistente entre brancos e negros, observada já na entrada da janela jovem, com tamanho maior na faixa do superior, e estável depois dela.

A diferença racial é maior no ensino superior

No ensino superior (%), por raça, dos 17 aos 28 anos



FONTE – MICRODADOS PNAD CONTÍNUA TRIMESTRAL, IBGE

FIGURA 7 – NO ENSINO SUPERIOR (%): SÓ ESTUDA + ESTUDA E TRABALHA (COM OU SEM CARTEIRA), POR RAÇA, DOS 17 AOS 28 ANOS. INTERVALOS DE CONFIANÇA A 95% REPORTADOS NO ANEXO.

A figura do ensino superior por raça torna visível o ponto da seção anterior. Aos 17, brancos e negros estão em patamares semelhantes (em torno de 3% e 1%, respectivamente, em base baixa). Entre 18–21, as duas curvas se afastam: a branca atinge cerca de 37% aos 20 e aos 21; a negra,

21% aos 20 e 19% aos 21. Depois dos 21, ambas decrescem em paralelo, sem que a curva negra retome o patamar branco. A diferença se forma na janela 18–21 e se preserva no resto do período observado.

A diferença racial em ensino superior não é só sobre vagas universitárias. Inclui também conclusão do ensino médio em tempo, acesso a redes de informação que sinalizam a possibilidade da universidade, custo de manutenção do estudo durante o curso, e escolha de instituição e modalidade. A literatura brasileira sobre ações afirmativas raciais no ensino superior público registra o efeito da Lei 12.711/2012 sobre o acesso, com permanência como gargalo subsequente (DAFLON; FERES JÚNIOR; CAMPOS, 2013). A pesquisa não decompõe esses fatores. Documenta que o resultado agregado é uma diferença consistente entre brancos e negros, formada na faixa 17–20 anos e estável depois disso. A PNAD-C trimestral não identifica com robustez quilombolas nem indígenas em terras tradicionais; este capítulo descreve as populações Branca e Negra captadas pelo desenho amostral da pesquisa.

A leitura conjunta com o Capítulo 2 compõe uma figura tridimensional do problema. O tamanho do eixo de sexo é maior que o do eixo de raça na ausência de ocupação adulta. O tamanho do eixo de raça é muito maior que o do eixo de sexo no acesso ao ensino superior. As duas desigualdades se sobrepõem nas pessoas que carregam ambas, sobretudo mulheres negras, e compõem condições que nenhum recorte unidimensional captaria. O Capítulo 5 lê essa intersecção em quatro grupos definidos pela combinação de raça e sexo.

Capítulo 4 – Renda do domicílio nos três movimentos

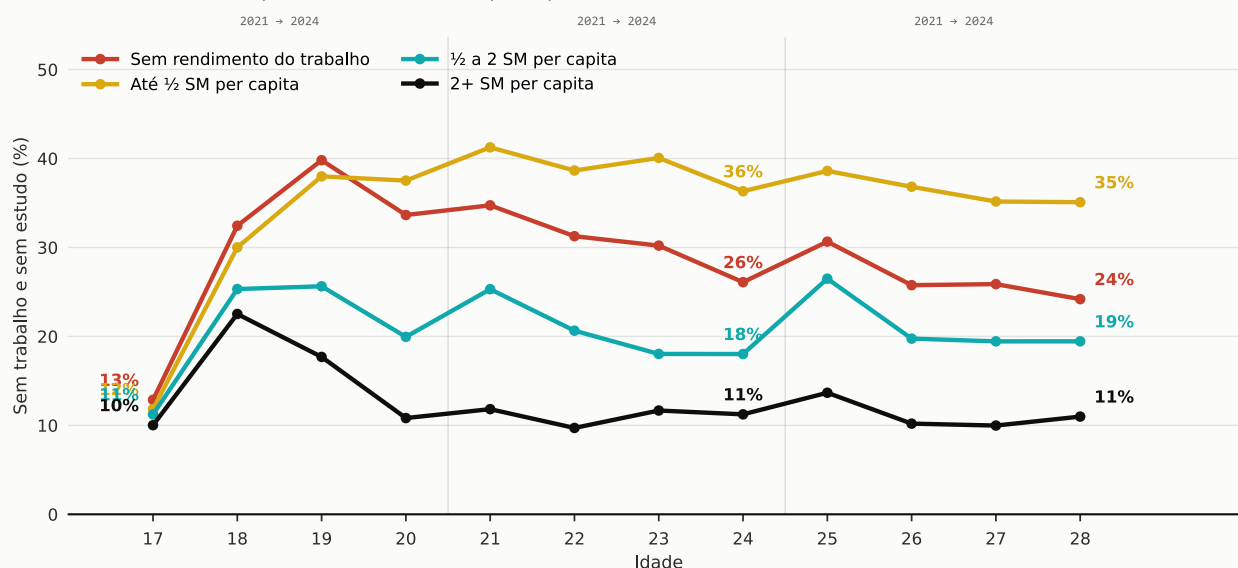
A renda do domicílio é um dos três eixos de desigualdade observados nesta pesquisa. As diferenças por sexo são grandes; as por raça também. As diferenças por renda têm estrutura própria: crescem ao longo do arco 17–28 e mostram diferença clara que cresce da faixa mais baixa para a mais alta a partir do Movimento II.

A construção do eixo importa. A renda do domicílio per capita usada nesta pesquisa é calculada sobre o rendimento do trabalho dos demais moradores, excluindo o próprio jovem observado da soma e da contagem. A justificativa metodológica dessa escolha e a análise de sensibilidade comparada à definição alternativa estão no Anexo.

Os domicílios foram divididos em quatro faixas absolutas em salário mínimo (SM), calculadas com o SM nominal de cada onda (de R\$ 1.100 em 2021 a R\$ 1.412 em 2024). A primeira faixa é qualitativamente distinta: *domicílios sem rendimento do trabalho dos demais moradores* são aqueles em que nenhum outro morador do domicílio (que não o jovem observado) tem rendimento do trabalho na semana de referência. Inclui domicílios sustentados por aposentadoria, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Bolsa Família, outras transferências, ou sem renda monetária estável; inclui também jovens em domicílios unipessoais. A PNAD-C trimestral não capta rendimentos não-trabalho, portanto a faixa não é aproximação de pobreza absoluta: serve como aproximação para domicílios cuja sustentação econômica não passa pelo mercado de trabalho dos outros moradores na semana de referência. As demais três faixas, em renda do trabalho domiciliar per capita: até 0,5 SM (linha de pobreza brasileira); 0,5 a 2 SM (popular e médio); 2 ou mais SM (faixa mais afluyente, em torno do quintil superior de renda do trabalho domiciliar per capita).

Quem fica sem ocupação concentra-se nas faixas mais baixas de renda

Sem trabalho e sem estudo (%), por faixa de renda dom./per capita em SM, dos 17 aos 28 anos



FONTE – MICRODADOS PNAD CONTÍNUA TRIMESTRAL, IBGE

FIGURA 8 – SEM TRABALHO E SEM ESTUDO (%), POR FAIXA DE RENDA DOM./PER CAPITA EM SM, DOS 17 AOS 28 ANOS. FAIXAS COM N AMOSTRAL MENOR QUE 50 FORAM SUPRIMIDAS. INTERVALOS DE CONFIANÇA A 95% REPORTADOS NO ANEXO.

Movimento I. Aos 17, a parcela sem trabalho e sem estudo é razoavelmente próxima entre as quatro faixas: 13% na faixa sem rendimento do trabalho, 12% na faixa até 0,5 SM, 11% na faixa 0,5 a 2 SM, 10% na faixa de 2 ou mais SM. A diferença entre a maior e a menor é de 3 pontos percentuais.

Aos 18, o quadro começa a se separar: 33% na faixa sem rendimento do trabalho; 30% na faixa até 0,5 SM; 25% na faixa 0,5 a 2 SM; 23% na faixa de 2 ou mais SM.

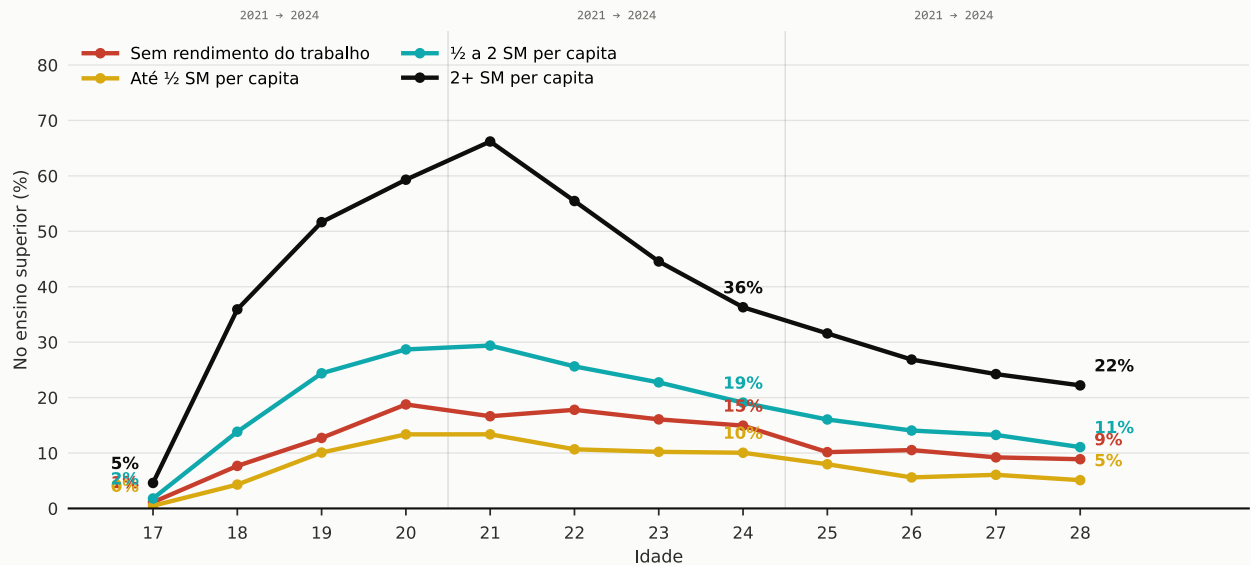
Aos 20, a separação se aprofunda: 34% na faixa sem rendimento, 38% na faixa até 0,5 SM, 20% na faixa 0,5 a 2 SM, 11% na faixa de 2 ou mais SM. O Movimento I termina com diferença clara entre as duas faixas mais baixas e as duas mais altas, e com inversão notável entre as duas mais baixas: a faixa até 0,5 SM ultrapassa a faixa sem rendimento do trabalho. O padrão é contraintuitivo (a faixa sem renda do trabalho não é a pior em ausência de ocupação) e tem explicação: ela mistura aposentadoria, BPC e jovens em domicílio unipessoal com pobreza extrema, enquanto a faixa até 0,5 SM é mais uniformemente precária.

Movimento II. Aos 21, essa diferença se mantém com a faixa até 0,5 SM no topo: faixa sem rendimento 35%, faixa até 0,5 SM 41%, faixa 0,5 a 2 SM 25%, faixa de 2 ou mais SM 12%. Aos 24, a estrutura se desenha mais nítida: faixa sem rendimento 26%, faixa até 0,5 SM 36%, faixa 0,5 a 2 SM 18%, faixa de 2 ou mais SM 11%. A diferença entre a faixa até 0,5 SM e a faixa de 2 ou mais SM passa de 25 pontos percentuais aos 24 anos. A renda do domicílio, observada nessa coorte intermediária, é sinal estatístico de pertencimento ao mercado de trabalho do domicílio: a faixa até 0,5 SM, em que os outros moradores trabalham mas em rendimento baixo, concentra a maior proporção em ausência de ocupação ao longo do Movimento II.

Movimento III. Aos 28, faixa sem rendimento 24%, faixa até 0,5 SM 35%, faixa 0,5 a 2 SM 19%, faixa de 2 ou mais SM 11%. A faixa até 0,5 SM permanece com a maior proporção em ausência de ocupação, três vezes a observada na faixa de 2 ou mais SM. A faixa sem rendimento do trabalho, sob a definição que exclui o jovem da soma, fica em proporção próxima das faixas com renda do trabalho intermediária, refletindo a composição interna da faixa: domicílios sustentados por aposentadoria coexistem com domicílios em pobreza extrema e com jovens em domicílio unipessoal, em que a renda do trabalho do próprio jovem não entra no cálculo.

O ensino superior por faixa de renda do domicílio

No ensino superior (%), por faixa de renda dom./per capita em SM, dos 17 aos 28 anos



FORNTE - MICRODADOS PNAD CONTÍNUA TRIMESTRAL, IBGE

FIGURA 9 – NO ENSINO SUPERIOR (%), POR FAIXA DE RENDA DOM./PER CAPITA EM SM, DOS 17 AOS 28 ANOS. FAIXAS COM N AMOSTRAL MENOR QUE 50 FORAM SUPRIMIDAS. INTERVALOS DE CONFIANÇA A 95% REPORTADOS NO ANEXO.

A figura do ensino superior por renda mostra o outro lado da mesma estrutura. Aos 21 anos, jovens em domicílios da faixa de 2 ou mais SM per capita estão no ensino superior em proporção de 66%. Na faixa de 0,5 a 2 SM, 29%. Na faixa até 0,5 SM, 13%. Na faixa sem rendimento do trabalho, 17%. Nos movimentos posteriores, a diferença se mantém: jovens da faixa de 2 ou mais SM mantêm presença no superior em torno de 22% aos 28 anos, enquanto as outras faixas caem para metade ou menos.

A faixa "sem rendimento do trabalho" não corresponde a "beneficiário de programa social". A PNAD-C trimestral mede apenas rendimento do trabalho na semana de referência e não identifica recebedores de Bolsa Família, BPC, aposentadoria ou outras transferências. A faixa agrupa, sem distinção, domicílios com aposentadoria, com BPC, com transferência condicionada, em pobreza extrema sem nenhuma renda, em transição entre empregos, e jovens em domicílio unipessoal. A decomposição interna da faixa por fonte de sustento é possível com a PNAD-C anual e fica como agenda subsequente.

A leitura desse achado pede um cuidado de interpretação. A pesquisa não afirma que transferência social ou ausência de renda do trabalho dos outros moradores *cause* a ausência de ocupação do jovem. A causalidade pode ser inversa, ou pode haver fatores comuns de domicílio. O dado documenta associação sem atribuir direção causal. O tamanho da associação é, em si, uma marca da estrutura ocupacional brasileira observada na pesquisa, em que a presença do domicílio no mercado de trabalho e a presença do jovem nele aparecem associadas.

Há uma ressalva contraintuitiva. Dentro da faixa *sem rendimento do trabalho*, há jovens em proporção sensível no ensino superior: 17% aos 21 anos, contra 13% na faixa até 0,5 SM. A leitura provável: a presença de aposentadoria, BPC ou Bolsa Família no domicílio coexiste, para parte da faixa, com a permanência do jovem no ensino superior em proporção maior que nas faixas de renda do trabalho mais baixas. Para essa parcela, a faixa coincide com a presença no superior; para outra parcela, coincide com a ausência de ocupação e de estudo. As duas leituras coexistem na mesma faixa, sublinhando a composição interna que a tabela seguinte detalha.

A média da coorte registra essa estrutura de forma comprimida. A média de jovens sem trabalho e sem estudo aos 28 é de 23%. Essa média é composição de quatro proporções intra-faixa distintas: 24% na faixa sem rendimento do trabalho, 35% na faixa até 0,5 SM, 19% na faixa de 0,5 a 2 SM, e 11% na faixa de 2 ou mais SM.

Para evitar que essa leitura confunda tamanho com concentração, vale separar dois números. A tabela abaixo mostra, a cada idade observada, o tamanho relativo de cada faixa de renda do domicílio dentro da coorte (linhas "% coorte") e o quanto cada faixa concentra da parcela total sem trabalho e sem estudo (linhas "% do total NEET na faixa"). Os dois números devem ser lidos juntos.

IDADE	SEM REND. TRAB.	ATÉ 0,5 SM	0,5 A 2 SM	2+ SM
% da coorte na faixa				
17	16	35	38	10
20	20	24	44	13
24	25	21	41	12
28	30	20	36	14
% do total sem trabalho e sem estudo na faixa				
17	18	36	37	9
20	26	35	34	6
24	29	33	32	6
28	31	31	31	6

A interpretação fica em duas partes. O denominador (% da coorte na faixa) muda com a idade: a faixa sem rendimento do trabalho cresce de 16% aos 17 para 30% aos 28, refletindo a transição em que jovens migram para domicílios sem renda do trabalho dos outros (incluindo sair de casa para morar sozinhos ou viver em domicílio sustentado por aposentadoria). A faixa até 0,5 SM cai de 35% para 20% no mesmo intervalo. O numerador (% do total sem trabalho e sem estudo na faixa) cresce na faixa sem rendimento e na faixa de baixa renda do trabalho, e cai nas faixas mais altas. Aos 28, as duas faixas mais baixas (sem rendimento do trabalho e até 0,5 SM) representam 50% da coorte e concentram 63% do total sem trabalho e sem estudo; as duas faixas com renda do trabalho intermediária e mais alta representam 50% da coorte e concentram 37% desse grupo. Políticas públicas dirigidas ao jovem brasileiro como conjunto tratam como uniforme uma estrutura em que metade da coorte concentra quase dois terços da parcela em ausência de ocupação e estudo.

Capítulo 5 – Quatro juventudes ao longo do tempo: a leitura interseccional

Os capítulos anteriores leram os três movimentos das juventudes por um eixo de desigualdade de cada vez. Gênero, raça e renda do domicílio aparecem como faces separadas do mesmo desenho. A desigualdade real, contudo, não age num eixo isolado. Age na interseção. Uma jovem mulher negra não é a média entre "ser mulher" e "ser negra"; é uma posição própria, com trajetória própria. A literatura sobre interseccionalidade documenta há décadas que a posição cruzada de raça e sexo é uma categoria própria, não soma de eixos isolados (CRENSHAW, 1989). A literatura brasileira sobre transição escola-trabalho registra a importância dessa análise combinando os eixos (CARDOSO, 2008).

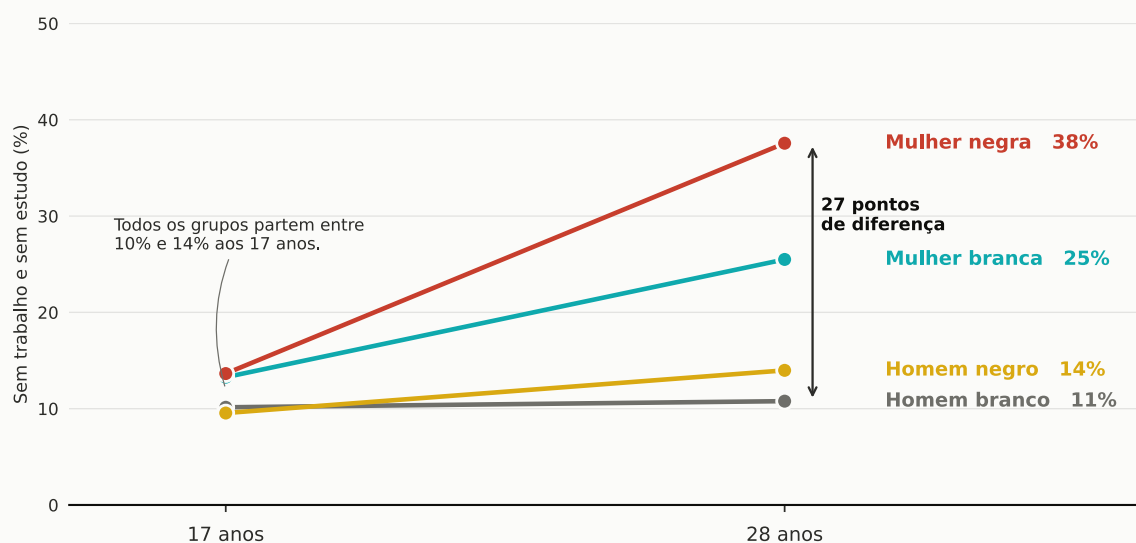
Este capítulo combina raça e sexo em quatro grupos e descreve a trajetória de cada um ao longo das doze idades-âncora observadas (17 a 28). Os quatro grupos são: homem branco, homem negro, mulher branca, mulher negra. As categorias de raça Amarela, Indígena e Ignorada (1,0% da coorte total) ficam fora desta decomposição por insuficiência amostral nas células cruzadas, conforme descrito no capítulo de método. A combinação raça e renda fica fora do recorte deste capítulo: a leitura por renda permanece no Capítulo 4.

Quatro indicadores estruturam a leitura: presença em trabalho com carteira, presença em trabalho sem carteira, presença no ensino superior (com ou sem trabalho), e ausência de ocupação e de estudo.

As quatro juventudes aos 28: vista síntese

Aos 17, os grupos compartilham o mesmo patamar. Aos 28, separam-se em 27 pontos.

Pessoas sem trabalho e sem estudo (%), aos 17 e aos 28 anos, por grupo de raça e gênero.



FONTE – MICRODADOS PNAD CONTÍNUA TRIMESTRAL, IBGE: 16 ONDAS Q1/2021 A Q4/2024

FIGURA SÍNTESE – AS QUATRO JUVENTUDES BRASILEIRAS: PESSOAS SEM TRABALHO E SEM ESTUDO (%), AOS 17 E AOS 28 ANOS, POR GRUPO DE RAÇA E GÊNERO.

A tabela abaixo destila o final do arco jovem em cinco condições mutuamente exclusivas, descritas no capítulo de Método. Cada coluna soma 100% (com arredondamento; o resíduo na condição ensino fundamental, médio ou EJA é inferior a 1% em todos os grupos aos 28 anos).

AOS 28 ANOS	HOMEM BRANCO	HOMEM NEGRO	MULHER BRANCA	MULHER NEGRA
Sem trabalho e sem estudo	11%	14%	26%	38%
Só trabalha com carteira (CLT ou estatutário)	42%	38%	34%	27%
Só trabalha sem carteira	35%	41%	25%	25%
Trabalha e estuda no superior	11%	6%	12%	7%
Só estuda no superior	2%	1%	4%	3%

As subseções abaixo agregam as linhas conforme o indicador discutido: presença em trabalho com carteira (soma das linhas "só trabalha com carteira" e parte de "trabalha e estuda no superior"), presença em trabalho sem carteira (idem para sem carteira), e presença no ensino superior (soma das linhas "trabalha e estuda" e "só estuda"). Os totais agregados (49% do homem branco em trabalho com carteira, 13% no superior etc.) reaparecem nas figuras 11–13 e no texto narrativo. Os intervalos de confiança a 95% estão no Anexo.

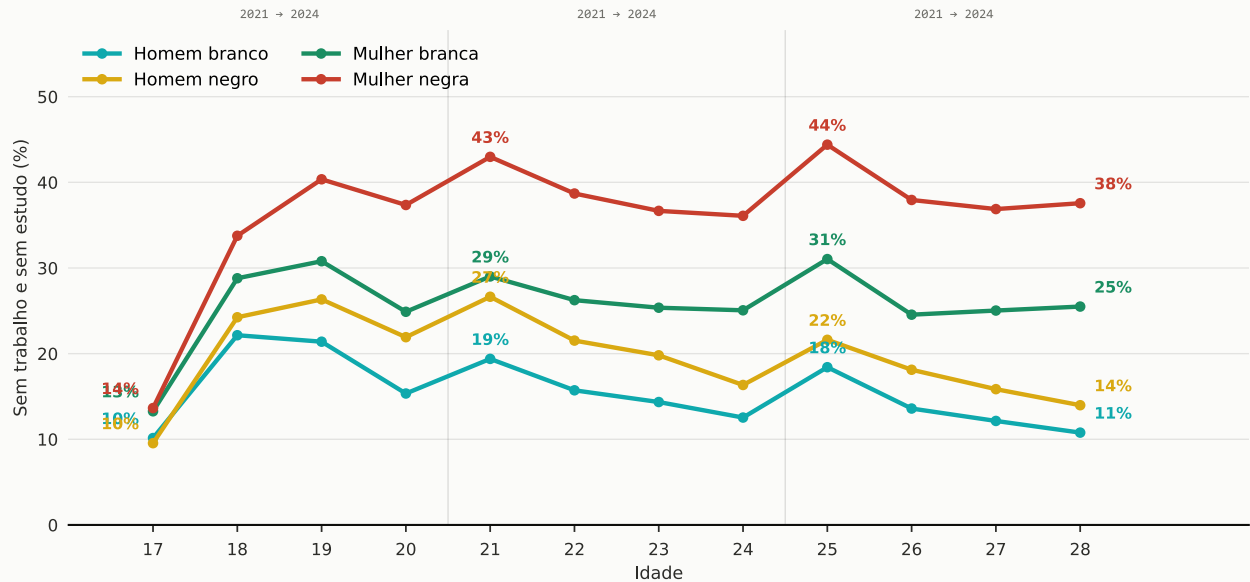
A separação entre os quatro grupos se consolida entre 17 e 21 anos. Aos 17, os quatro partem em patamares próximos (entre 10% e 14% sem trabalho e sem estudo). Aos 21, a separação está

formada e a ordem dos grupos aos 28 já é reconhecível. A janela 21–28 mantém a estrutura sem reorganizá-la.

Sem trabalho e sem estudo

Quatro juventudes, quatro trajetórias na ausência de ocupação

Sem trabalho e sem estudo (%), por raça e sexo, dos 17 aos 28 anos



FORNTE – MICRODADOS PNAD CONTÍNUA TRIMESTRAL, IBGE

FIGURA 10 – PESSOAS SEM TRABALHO E SEM ESTUDO (%), POR RAÇA E SEXO, DOS 17 AOS 28 ANOS. INTERVALOS DE CONFIANÇA A 95% REPORTADOS NO ANEXO.

A taxa de pessoas sem trabalho e sem estudo é o indicador em que a interseção raça-sexo pesa com mais intensidade. Os quatro grupos partem de patamares parecidos aos 17 anos (entre 10% e 14%), se separam no Movimento I, e chegam aos 28 anos em quatro patamares estruturalmente distintos.

IDADE	HOMEM BRANCO	HOMEM NEGRO	MULHER BRANCA	MULHER NEGRA
17	10	10	13	14
20	15	22	25	37
24	13	16	25	36
25	18	22	31	44
28	11	14	26	38

Aos 17 anos, os quatro grupos compartilham a posição majoritária de estudante de ensino básico. Aos 20, a separação está formada: homem branco em 15%, homem negro em 22%, mulher branca em 25%, mulher negra em 37%. O Movimento II mantém a separação. Aos 25 anos, o pico feminino sem trabalho e sem estudo afeta os dois grupos femininos, com tamanho muito diferente: a

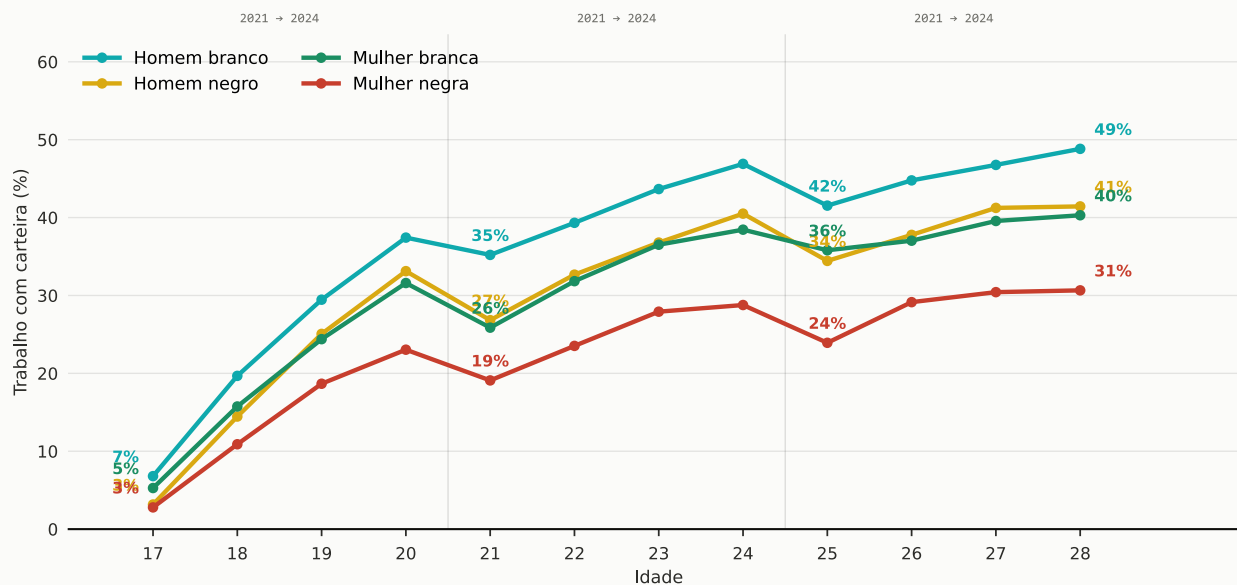
mulher branca chega a 31%, e a **mulher negra atinge 44%, próxima de metade do grupo sem trabalho e sem estudo**. É o maior valor observado na pesquisa em qualquer recorte. A idade 25 corresponde a 2021 na coorte 1995–1996, ano de mercado deprimido pela pandemia: o nível absoluto desse pico está parcialmente afetado pelo efeito período. A ordem entre os quatro grupos e o tamanho relativo da diferença entre eles seguem robustos. O homem branco aos 25 está em 18%; o homem negro, em 22%.

No Movimento III, a parcela sem trabalho e sem estudo cai nos quatro grupos, mas a separação entre eles permanece. **Aos 28 anos, a probabilidade de uma mulher negra estar fora do mercado e fora da escola é 3,5 vezes a do homem branco** (38% contra 11%, ou 26,8 pontos percentuais na precisão amostral reportada no Anexo). A mulher branca está em 26%; o homem negro, em 14%. Os intervalos de confiança a 95% dos quatro grupos não se sobrepõem, e a ordem entre eles é estatisticamente robusta (ver anexo).

Trabalho com carteira

Trabalho com carteira se ordena consistentemente por raça e sexo

Em trabalho com carteira (%), por raça e sexo, dos 17 aos 28 anos



FORNTE – MICRODADOS PNAD CONTÍNUA TRIMESTRAL, IBGE

FIGURA 11 – EM TRABALHO COM CARTEIRA (%), POR RAÇA E SEXO, DOS 17 AOS 28 ANOS. INTERVALOS DE CONFIANÇA A 95% REPORTADOS NO ANEXO.

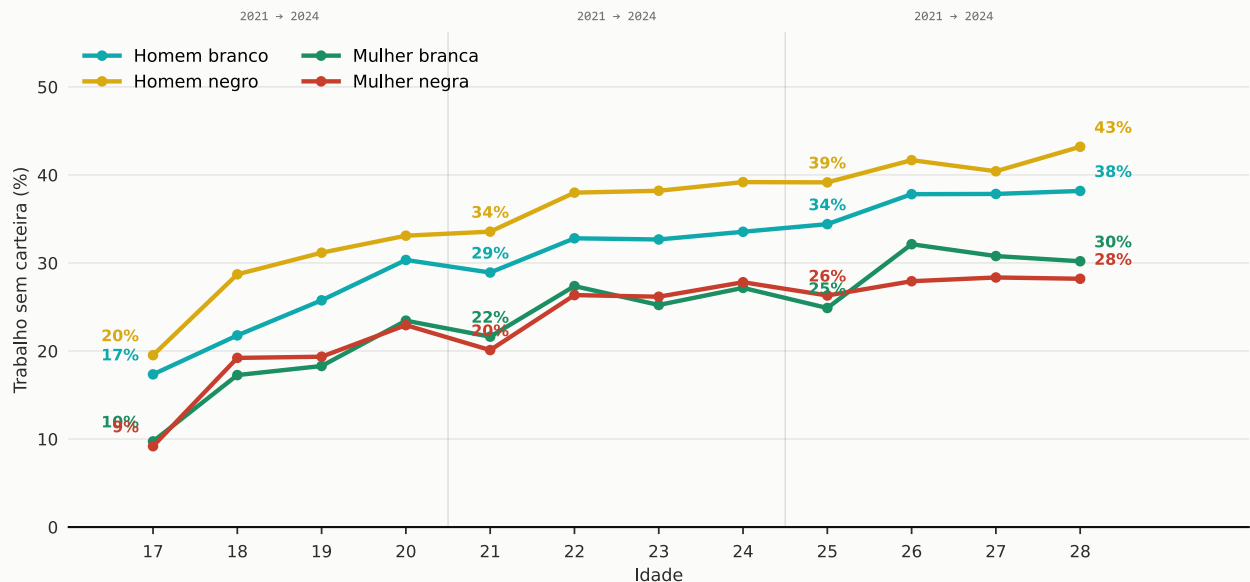
IDADE	HOMEM BRANCO	HOMEM NEGRO	MULHER BRANCA	MULHER NEGRA
17	7	3	5	3
20	37	33	32	23
24	47	41	38	29
28	49	41	40	31

A trajetória da proteção formal segue ordem consistente em todas as idades observadas: homem branco no topo, homem negro em segundo, mulher branca em terceiro, mulher negra na base. A mulher negra aos 28 anos tem presença em trabalho protegido de 31%, contra 49% do homem branco da mesma idade. A diferença de 18 pontos percentuais entre os dois extremos é próxima da soma das duas desigualdades isoladas: a diferença racial entre homens (49 contra 41 = 8 p.p.) somada à diferença de gênero entre brancos (49 contra 40 = 9 p.p.) totaliza 17 p.p. A diferença observada (18 p.p.) está 1 p.p. acima da soma, consistente com aditividade aproximada entre os dois eixos no indicador. O indicador combina vínculo CLT (carteira de trabalho assinada) e vínculo estatutário (servidor público concursado, militar), conforme detalhado no método.

Trabalho sem carteira

A presença em trabalho sem carteira é maior entre os homens

Em trabalho sem carteira (%), por raça e sexo, dos 17 aos 28 anos



FONTE – MICRODADOS PNAD CONTÍNUA TRIMESTRAL, IBGE

FIGURA 12 – EM TRABALHO SEM CARTEIRA (%), POR RAÇA E SEXO, DOS 17 AOS 28 ANOS. INTERVALOS DE CONFIANÇA A 95% REPORTADOS NO ANEXO.

IDADE	HOMEM BRANCO	HOMEM NEGRO	MULHER BRANCA	MULHER NEGRA
17	17	20	10	9
20	30	33	23	23
24	34	39	27	28
28	38	43	30	28

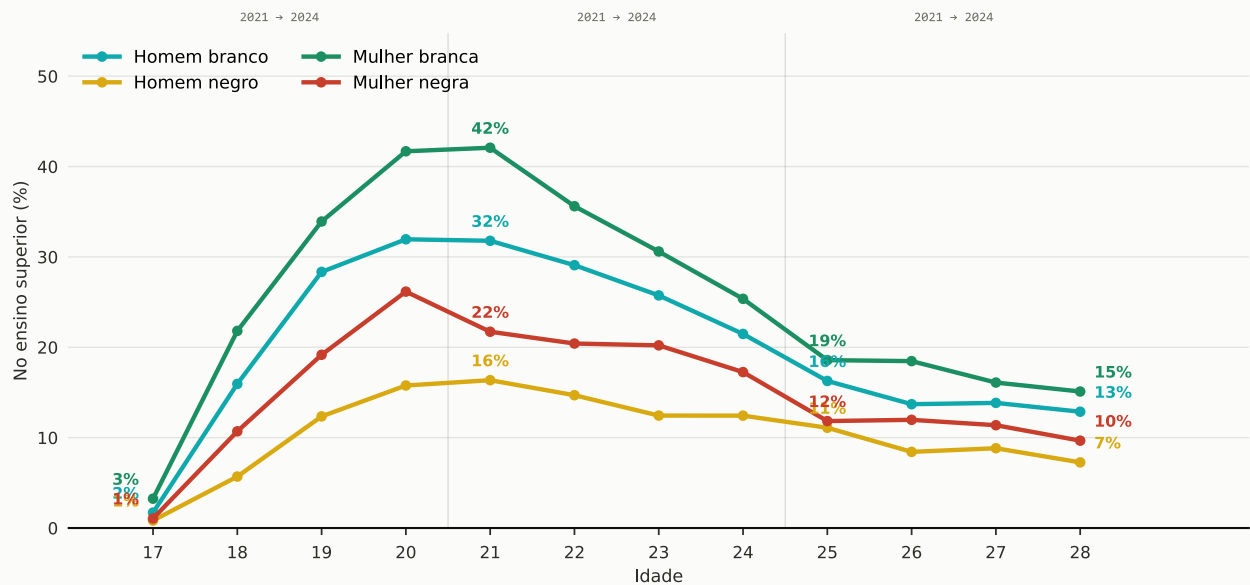
A ordem na informalidade inverte parcialmente. **A presença em trabalho sem carteira é maior entre os homens do que entre as mulheres em todas as idades**, mas a ordem racial intra-sexo não se repete entre os dois sexos. Entre os homens, é um pouco maior entre negros do que entre bran-

cos: aos 28 anos, homem negro em 43%, homem branco em 38%. Entre as mulheres, levemente maior entre brancas do que entre negras: aos 28, mulher branca em 30%, mulher negra em 28%. A leitura combinada com a tabela anterior é que a mulher negra não tem maior presença em trabalho sem carteira; tem maior presença na condição sem trabalho e sem estudo. Para a mulher negra, a alternativa ao trabalho com carteira não é o trabalho sem carteira; é a ausência de ocupação.

Ensino superior

Mulheres brancas atingem o maior patamar do superior aos 20-21 anos

No ensino superior (%), por raça e sexo, dos 17 aos 28 anos



FORNTE - MICRODADOS PNAD CONTÍNUA TRIMESTRAL, IBGE

FIGURA 13 - NO ENSINO SUPERIOR (%): SÓ ESTUDA + ESTUDA E TRABALHA (COM OU SEM CARTEIRA), POR RAÇA E SEXO, DOS 17 AOS 28 ANOS. INTERVALOS DE CONFIANÇA A 95% REPORTADOS NO ANEXO.

IDADE	HOMEM BRANCO	HOMEM NEGRO	MULHER BRANCA	MULHER NEGRA
17	2	1	3	1
20	32	16	42	26
21	32	16	42	22
24	21	12	25	17
28	13	7	15	10

A trajetória do superior tem um pico entre 20 e 21 anos, e o pico é desigual. **A mulher branca atinge presença de 42% no superior aos 20 e aos 21 anos, o ponto mais alto da pesquisa em qualquer recorte do superior.** O homem branco e o homem negro chegam ao mesmo ponto em 32% e 16% respectivamente; a mulher negra aos 21 está em 22%. Aos 28 anos, os quatro grupos

saíram do superior em sua maioria, mas a diferença permanece: 15% para a mulher branca, 13% para o homem branco, 10% para a mulher negra, 7% para o homem negro.

A leitura interseccional no superior corrige duas leituras unidimensionais comuns. Por raça apenas: a mulher negra aos 20 anos está no superior em 26%, perto do homem branco da mesma idade (32%). Por gênero apenas: a mulher negra aos 21 anos está em 22%, abaixo do homem branco (32%) na mesma idade. A resposta está no cruzamento dos dois eixos, não em cada um isolado.

Quatro juventudes em paralelo

Lidas juntas, as quatro tabelas mostram quatro trajetórias com formatos qualitativamente distintos.

Homem branco. Posição de topo em quase todos os indicadores. Sem trabalho e sem estudo aos 28 em 11%. Presença majoritária em trabalho com carteira ou sem carteira. Pequena participação no superior, com pico breve aos 19–21. É o perfil que costuma ser tratado como destino padrão da pessoa brasileira de 28 anos. Os dados mostram que esse perfil corresponde a um quarto da coorte etária, não ao todo.

Homem negro. Trajetória semelhante à do homem branco em formato (entrada precoce na força de trabalho, saída lenta da condição sem trabalho e sem estudo) e diferente em tamanho. A presença em trabalho com carteira fica sistematicamente abaixo da do homem branco da mesma idade; a presença em trabalho sem carteira fica acima. Aos 28, sem trabalho e sem estudo em 14%.

Mulher branca. Pico do superior aos 20 e 21 anos em 42% do grupo. Saída do superior cedo, retorno parcial ao mercado de trabalho aos 24–28. Parcela feminina sem trabalho e sem estudo alta entre 21 e 25, com pico aos 25 (31%) e queda para 25% aos 28. Reentrada no mercado tem contribuição importante do trabalho sem carteira.

Mulher negra. Trajetória mais difícil dos quatro grupos em quase todos os indicadores. Sem trabalho e sem estudo aos 25 em 44%. Presença em trabalho protegido aos 28 em 31%, abaixo dos outros três grupos. Pico do superior aos 20 anos em 26%, significativo, mas em ritmo diferente dos outros grupos. A reentrada no mercado de trabalho após o pico da condição sem trabalho e sem estudo é mais lenta do que a da mulher branca.

A tese do capítulo é direta: as juventudes brasileiras aos 28 anos não convergem para um perfil comum. Quatro grupos, definidos pela interseção de raça e sexo, ocupam quatro perfis distintos no espaço de trabalho, estudo e ausência de ocupação. Políticas dirigidas ao jovem brasileiro como conjunto alcançam esses quatro grupos em momentos e tamanhos distintos. O capítulo de implicações volta ao ponto.

Capítulo 6 – As quatro juventudes através das regiões

A tese central da publicação foi estabelecida na agregação nacional: ao menos quatro juventudes ocupam quatro perfis estruturalmente distintos no espaço de trabalho, estudo e ausência de ocupação. Este capítulo testa a robustez dessa leitura na escala regional. O Brasil é um país em que os eixos de desigualdade documentados nesta pesquisa, raça, renda do domicílio e gênero, se sobrepõem à dimensão regional. A pergunta empírica é direta: a mulher negra brasileira aos 28 anos tem a mesma trajetória no Sul e no Nordeste? O homem branco no Norte está em condição comparável ao homem branco no Sudeste?

A análise abaixo decompõe os quatro grupos da leitura interseccional do Capítulo 5 (homem branco HB, homem negro HN, mulher branca MB, mulher negra MN) por região, e descreve a trajetória dos 17 aos 28 anos em cinco unidades: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Os totais nacionais reportados nos capítulos anteriores são médias ponderadas dessas trajetórias regionais. As mesmas três coortes sintéticas (A, B, C) servem de base; o nível amostral é suficiente para sustentar a decomposição em todas as 240 células (idade × grupo × região), com mediana de 1.163 observações por célula e mínimo de 319.

Homem branco

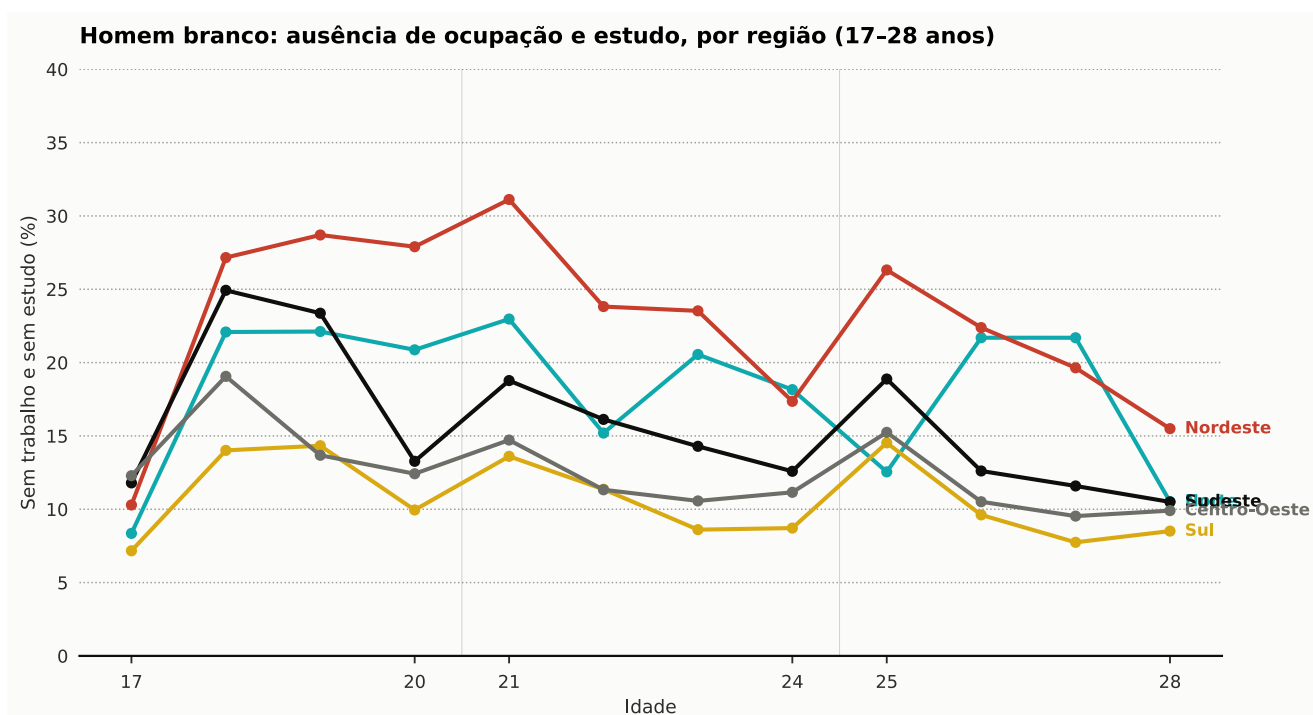


FIGURA 14 – HOMEM BRANCO: PESSOAS SEM TRABALHO E SEM ESTUDO (%), POR REGIÃO, DOS 17 AOS 28 ANOS.

IDADE	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE
17	8	10	12	7	12
21	23	31	19	14	15
25	13	26	19	15	15
28	11	16	11	9	10

A variação regional do homem branco é a menor dos quatro grupos. Aos 28 anos, a parcela sem trabalho e sem estudo varia entre 9% (Sul) e 16% (Nordeste), uma amplitude de sete pontos percentuais. O Sul registra os menores patamares em toda a janela jovem; o Nordeste, os maiores. Sudeste, Norte e Centro-Oeste seguem em patamares próximos. A presença em trabalho com carteira aos 28 oscila entre 35% no Nordeste e 56% no Sul, diferença de 21 pontos. A trajetória do homem branco é a mais homogênea entre regiões: a "juventude HB" descrita na agregação nacional é reconhecível em qualquer região, com nuances de tamanho.

Homem negro

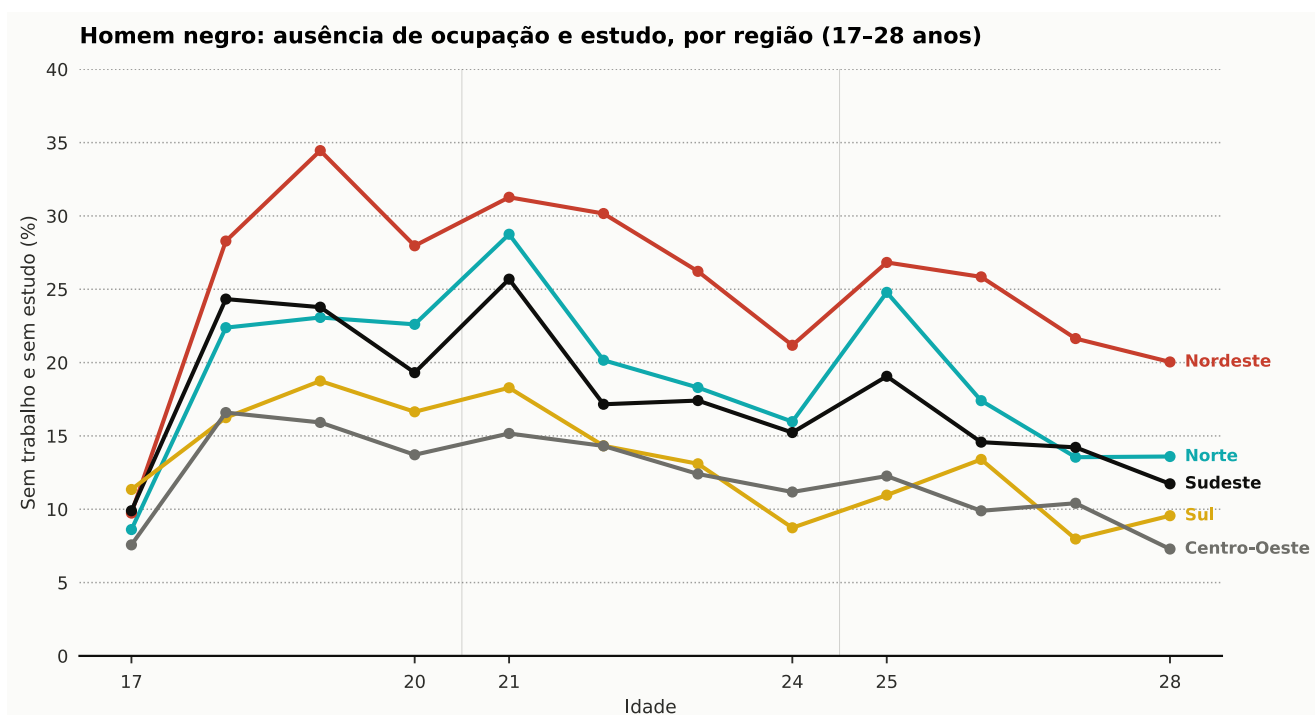


FIGURA 15 – HOMEM NEGRO: PESSOAS SEM TRABALHO E SEM ESTUDO (%), POR REGIÃO, DOS 17 AOS 28 ANOS.

IDADE	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE
17	9	10	10	11	8
21	29	31	26	18	15
25	25	27	19	11	12
28	14	20	12	10	7

O homem negro tem variação regional intermediária. Aos 28 anos, a parcela sem trabalho e sem estudo varia entre 7% (Centro-Oeste) e 20% (Nordeste), amplitude de 13 pontos. O Nordeste destaca-se como o pior recorte; Sul e Centro-Oeste registram as menores taxas. A presença em trabalho com carteira aos 28 oscila entre 30% (Nordeste) e 55% (Centro-Oeste). No Centro-Oeste, o homem negro aos 28 aparece com 55% em trabalho com carteira, acima dos 41% do homem branco na mesma região — única inversão observada na ordem dos quatro grupos por proteção formal. Em todas as outras regiões, a ordem do homem branco acima do homem negro é mantida tanto em proteção formal quanto em ausência de ocupação.

Mulher branca

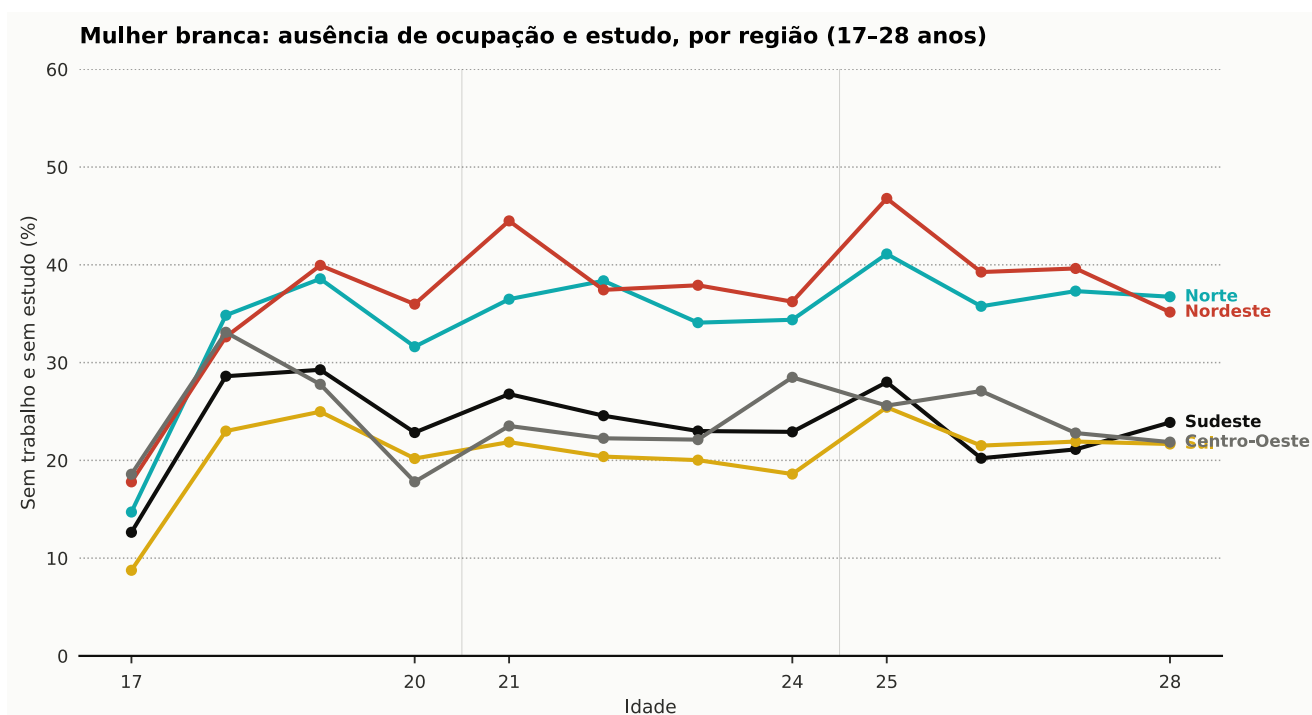


FIGURA 16 – MULHER BRANCA: PESSOAS SEM TRABALHO E SEM ESTUDO (%), POR REGIÃO, DOS 17 AOS 28 ANOS.

IDADE	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE
17	15	18	13	9	19
21	37	45	27	22	24
25	41	47	28	25	26
28	37	35	24	22	22

A mulher branca tem variação alta entre as regiões. Aos 28 anos, a parcela sem trabalho e sem estudo varia entre 22% (Sul) e 37% (Norte), amplitude de 15 pontos. A divisão é nítida: Norte e Nordeste em torno de 35%, Sudeste em 24%, Sul e Centro-Oeste em torno de 22%. A presença em trabalho com carteira aos 28 segue o mesmo padrão: 20% no Norte, 26% no Nordeste, 43% no Sudeste, 47% no Sul, 40% no Centro-Oeste. A diferença entre a mulher branca do Sul (47% formal) e a do Norte (20% formal) é de 27 pontos percentuais. A leitura agregada nacional para a mulher branca, dois destinos modais (ensino superior e ausência de ocupação), descreve com precisão a mulher branca do Sudeste, Sul e Centro-Oeste; a mulher branca do Norte e Nordeste tem perfil substantivamente diferente, com a presença em trabalho com carteira reduzida a um quinto do grupo aos 28.

Mulher negra

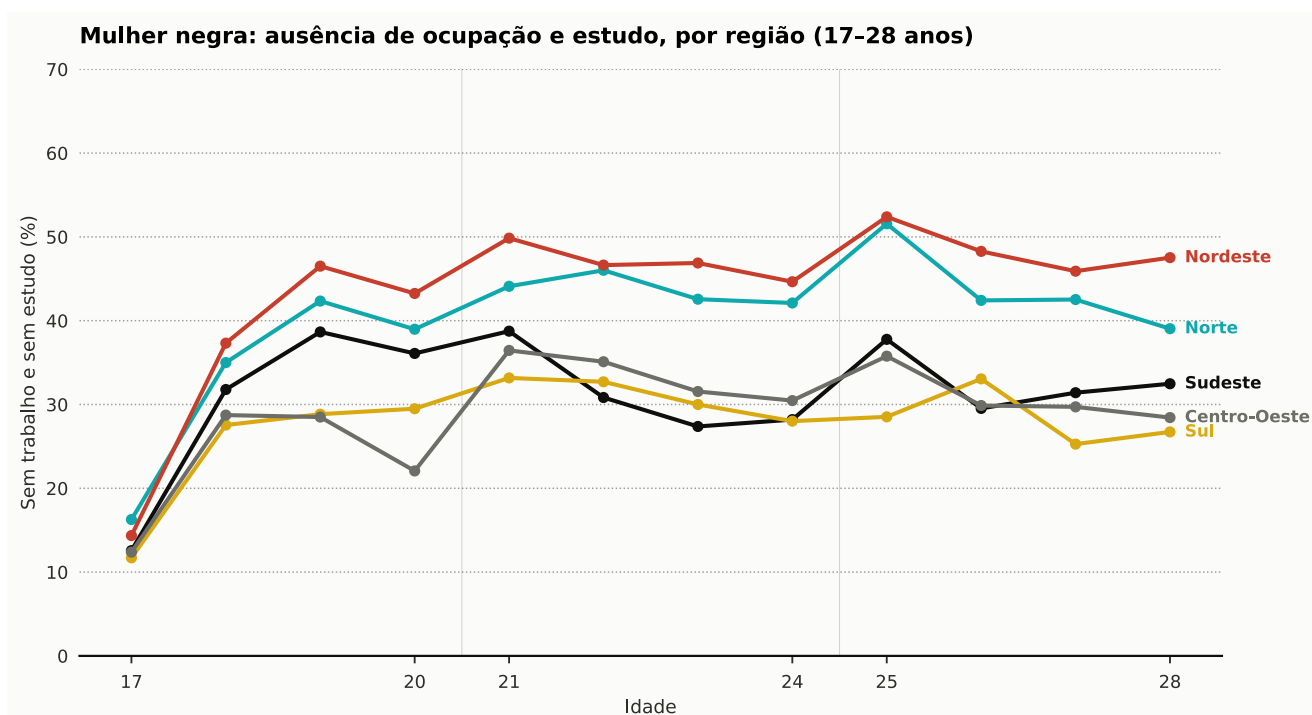


FIGURA 17 – MULHER NEGRA: PESSOAS SEM TRABALHO E SEM ESTUDO (%), POR REGIÃO, DOS 17 AOS 28 ANOS.

IDADE	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE
17	16	14	13	12	12
21	44	50	39	33	37
25	52	52	38	29	36
28	39	48	33	27	28

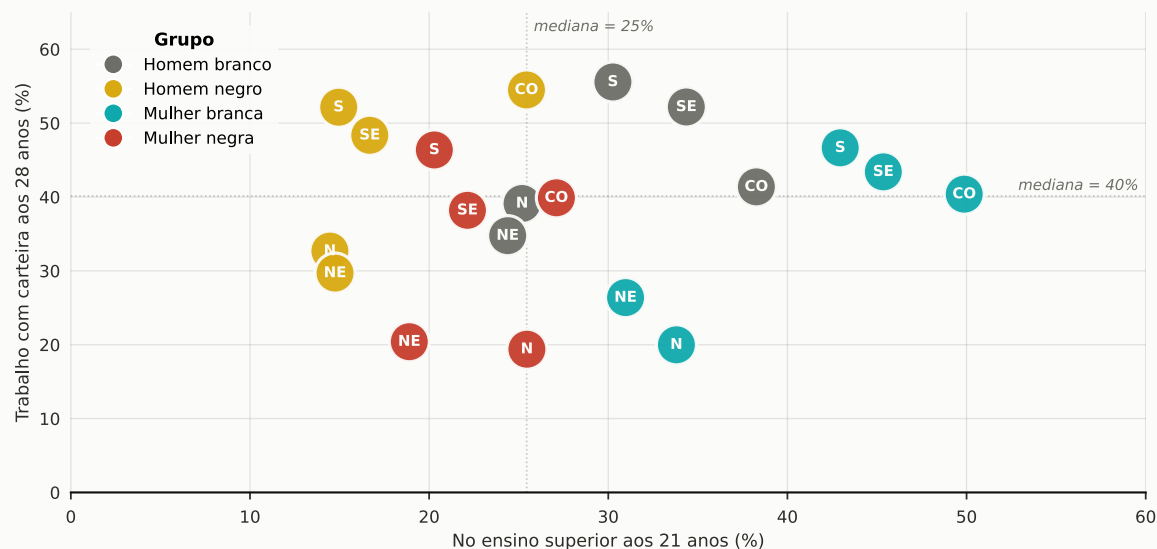
A mulher negra é a juventude com maior variação regional. Aos 28 anos, a parcela sem trabalho e sem estudo varia entre 27% (Sul) e 48% (Nordeste), amplitude de 21 pontos. Aos 25 anos, o pico da curva, a mulher negra do Norte e a do Nordeste registram a mesma taxa, em torno de 52% — o maior valor observado em qualquer recorte da pesquisa, em qualquer dimensão. No Sudeste, 38%; no Sul, 29%. A presença em trabalho com carteira aos 28 reflete a mesma assimetria: 19% no Norte, 20% no Nordeste, 38% no Sudeste, 46% no Sul, 40% no Centro-Oeste. A mulher negra do Sul aos 28, com 46% em trabalho protegido, está em condição ocupacional equivalente à da mulher branca do Sul (47%), dentro da margem amostral; o homem branco do Sudeste (52%) ultrapassa o limite superior das duas. As margens amostrais ponto a ponto estão reportadas no Anexo. A mulher negra do Nordeste aos 28, com 20% em trabalho protegido e 48% sem trabalho e sem estudo, está em condição substantivamente distinta. A divisão regional pesa, dentro deste grupo, mais do que a divisão racial entre brancas e negras pesa em qualquer outra região.

Quatro juventudes em cinco regiões: leitura conjunta

GRUPO	AMPLITUDE NEET AOS 28	MÍN (REGIÃO)	MÁX (REGIÃO)
Homem branco	7 pp	9% (Sul)	16% (Nordeste)
Homem negro	13 pp	7% (Centro-Oeste)	20% (Nordeste)
Mulher branca	15 pp	22% (Sul)	37% (Norte)
Mulher negra	21 pp	27% (Sul)	48% (Nordeste)

Onde superior aos 21 e carteira aos 28 aparecem juntos, e onde não.

Cada ponto: um grupo de raça-gênero x região (4 x 5 = 20). Sigla = região (N Norte · NE Nordeste · SE Sudeste · S Sul · CO Centro-Oeste).



FORTE - MICRODADOS PNAD CONTÍNUA TRIMESTRAL, IBGE - 16 ONDAS Q1/2021 A Q4/2024

FIGURA 18 – PRESENÇA NO ENSINO SUPERIOR AOS 21 ANOS (EIXO X) E EM TRABALHO COM CARTEIRA AOS 28 ANOS (EIXO Y), POR GRUPO DE RAÇA E GÊNERO (COR) × REGIÃO (SIGLA). CADA PONTO AGREGA UMA DAS 20 COMBINAÇÕES OBSERVADAS.

A variação regional cresce do homem branco até a mulher negra. Quanto mais desigualdades um grupo carrega, mais a região pesa sobre ele. O homem branco brasileiro tem trajetória relativamente similar em qualquer parte do país; a mulher negra brasileira tem trajetórias regionalmente distintas a ponto de a mulher negra do Sul estar em condição ocupacional comparável à mulher branca do Sul, e a mulher negra do Nordeste estar em condição substantivamente mais difícil que qualquer outro grupo em qualquer outra região.

A ordem das quatro juventudes (HB melhor, MN pior na maioria dos indicadores) é preservada em quatro das cinco regiões. O Centro-Oeste é a exceção: a posição relativa do homem negro está acima da do homem branco em proteção formal aos 28. Em todas as demais regiões, a ordem dos quatro grupos é estável.

A leitura conjunta tem implicação direta para as políticas públicas. A aplicação da tese das quatro juventudes em escala estadual, em Secretarias de Educação e Juventude, requer calibração regional. Norte e Nordeste concentram simultaneamente as quatro juventudes em sua condição mais

severa; Sul e Sudeste registram as condições mais favoráveis. Políticas nacionais únicas têm efeito heterogêneo desde o desenho.

Capítulo 7 – Onde os jovens chegam aos 29

A leitura por gênero, raça, renda do domicílio, interseccional e regional descreveu o caminho dos três movimentos. Este capítulo descreve onde a coorte chega: a foto aos 29 anos, o último ano da juventude pelo Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013, que define a juventude como a faixa de 15 a 29 anos), decomposta entre ocupação por nível de especialização, presença em estudo, e ausência de ocupação e estudo. A medida usa as quatro ondas trimestrais da PNAD-C de 2024.

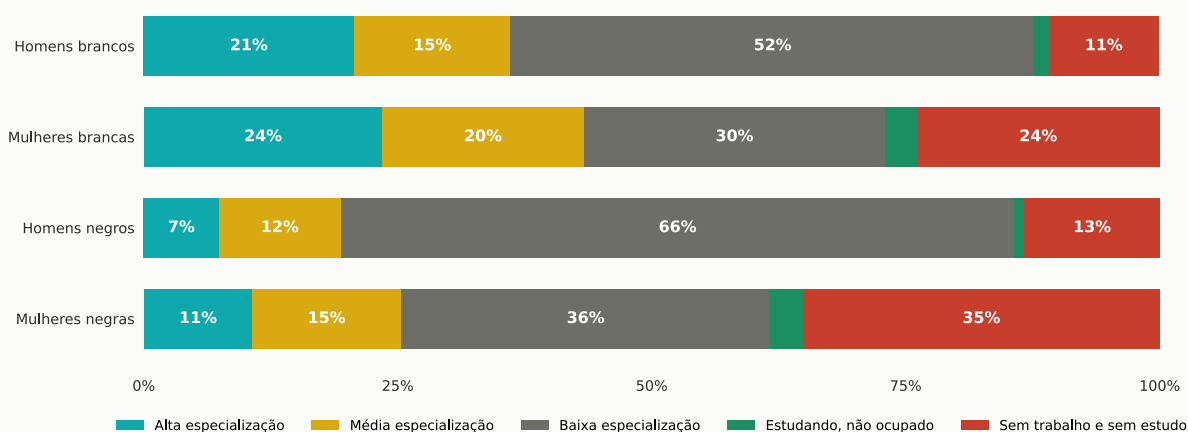
A medida da especialização é a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO 2002), variável V4010 da PNAD-C trimestral. Os dez grandes grupos da CBO foram agregados em três faixas, em mapeamento padrão com os níveis de qualificação da Classificação Internacional Padrão de Ocupações (ISCO-08) da OIT:

- **Alta especialização:** GG 1 (dirigentes e gerentes) e GG 2 (profissionais das ciências e das artes: médicos, engenheiros, professores e outras ocupações com ensino superior).
- **Média especialização:** GG 3 (técnicos de nível médio) e GG 4 (trabalhadores de serviços administrativos).
- **Baixa especialização:** GG 5 a GG 9 (trabalhadores em serviços e vendedores do comércio; agropecuários; produção industrial qualificada e menos qualificada; reparação, manutenção e ocupações elementares); GG 0 (forças armadas e policiais militares) é grupo especial e fica agrupada com baixa especialização para a leitura agregada, com proporção residual em todos os quatro grupos (entre 0,2% e 1,1%).

Acrescentam-se às três faixas duas condições do grupo não ocupado aos 29: *estudando* (não ocupado e cursando ensino superior, ou ensino fundamental, médio ou EJA) e *sem trabalho e sem estudo* (não ocupado e fora de qualquer matrícula formal). As cinco somam 100% do total de cada grupo.

Onde os jovens chegam aos 29

Distribuição da subcoorte aos 29 anos (último ano da juventude) por nível de especialização da ocupação (CBO 2002), estudo e ausência de ocupação. 2024.



FONTE – MICRODADOS PNAD CONTÍNUA TRIMESTRAL 2024Q1-Q4, IBGE. PONDERA POR V1028.

FIGURA 19 – DISTRIBUIÇÃO AOS 29 ANOS (ÚLTIMO ANO DA JUVENTUDE) POR NÍVEL DE ESPECIALIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO (CBO 2002), ESTUDO E AUSÊNCIA DE OCUPAÇÃO. PNAD-C TRIMESTRAL 2024Q1-Q4, PONDERADA POR V1028.

A figura registra três padrões.

Padrão racial: gradiente forte em alta especialização. Aos 29, a presença em ocupações de alta especialização é de 21% entre homens brancos e 7% entre homens negros (razão de 2,8 vezes); 24% entre mulheres brancas e 11% entre mulheres negras (razão de 2,2 vezes). No outro extremo, ocupações de baixa especialização absorvem 66% dos homens negros e 52% dos homens brancos; 36% das mulheres negras e 30% das mulheres brancas. O homem negro aos 29 é o grupo com maior concentração em baixa especialização entre os quatro.

Padrão de gênero: diferença em ocupação e em ausência de ocupação. A taxa de participação no mercado de trabalho aos 29 é maior entre homens (88% entre homens brancos, 86% entre homens negros) que entre mulheres (73% entre mulheres brancas, 62% entre mulheres negras). A parcela em sem trabalho e sem estudo é menor entre homens (11% HB, 13% HN) e maior entre mulheres (24% MB, 35% MN). Dentro de cada grupo racial, contudo, as mulheres ocupadas estão em proporção maior em alta especialização que homens do mesmo grupo: a parcela da mulher branca em alta especialização (24% do total da mulher branca aos 29) está acima da do homem branco (21%); a parcela da mulher negra em alta (11%) está acima da do homem negro (7%). O ensino superior se associa a ocupação especializada entre as ocupadas (Capítulo 2), sobre uma base de participação menor que a masculina.

Padrão interseccional: o tamanho da diferença em sem trabalho e sem estudo. A mulher negra aos 29 é o grupo com maior parcela em sem trabalho e sem estudo (35%, contra 11% do homem branco). A diferença entre os dois grupos é de 24 pontos percentuais. Essa diferença é o que produz a média aproximada de 21% da coorte agregada em sem trabalho e sem estudo aos 29 anos: a média esconde quatro proporções intra-grupo distintas, de 11% (homem branco) a 35% (mulher negra).

A figura mostra que as quatro juventudes brasileiras chegam aos 29 anos a quatro perfis estruturalmente distintos, e que esses perfis combinam três dimensões: composição da ocupação por especialização, taxa de participação ocupacional, e presença em sem trabalho e sem estudo. As três dimensões se combinam em direções diferentes para cada grupo, e a média da coorte agregada esconde a maior parte da estrutura.

Detalhe por grande grupo CBO entre os ocupados

A tabela abaixo decompõe a distribuição entre os ocupados de cada grupo (denominador = ocupados aos 29, não o total aos 29) em todos os dez grandes grupos da CBO 2002.

GRANDE GRUPO CBO	HB	HN	MB	MN
GG 1 — Dirigentes e gerentes	5,6	1,9	4,8	2,0
GG 2 — Profissionais ciências e artes (nível superior)	18,0	6,7	27,4	15,4
GG 3 — Técnicos de nível médio	9,3	8,1	10,3	8,9
GG 4 — Trabalhadores de serviços administrativos	8,3	6,0	16,8	14,7
GG 5 — Trabalhadores serviços, vendedores comércio	15,2	15,9	25,4	34,4
GG 6 — Trabalhadores agropecuários e florestais	5,0	6,1	1,6	1,6
GG 7 — Trabalhadores produção industrial qualificada	15,5	19,5	3,2	3,9
GG 8 — Trabalhadores produção industrial menos qualif.	13,0	15,8	2,7	2,8
GG 9 — Reparação, manutenção, ocupações elementares	9,0	19,0	7,5	16,0
GG 0 — Forças armadas, policiais militares	1,1	1,0	0,3	0,2
Total dos ocupados	100	100	100	100

Pondera por V1028.

A decomposição permite descrever a ocupação mais comum de cada grupo entre os ocupados. (Lembrete da classificação: GG 1–2 = alta especialização; GG 3–4 = média; GG 5–9 = baixa.)

Homem branco. Ocupação dispersa entre grandes grupos. A ocupação mais comum é GG 2 (profissionais de nível superior) com 18% dos ocupados. Presença em GG 1 (dirigentes) de 5,6%, a maior entre os quatro grupos. Em GG 7 e GG 8 somados (produção industrial qualificada e menos qualificada), 28%.

Homem negro. Ocupação concentrada em GG 7, GG 8 e GG 9 somados (produção industrial qualificada, menos qualificada, e reparação/manutenção/elementares): 54% dos ocupados. A presença em GG 2 (profissionais de nível superior) é de 6,7%, a menor entre os quatro grupos. Em GG 1 (dirigentes), 1,9%.

Mulher branca. Distribuição bipolar entre dois grandes grupos: GG 2 (profissionais de nível superior) com 27% e GG 5 (serviços e vendedores) com 25%. Em GG 4 (administrativos), 17%.

Mulher negra. Concentração singular em GG 5 (serviços e vendedores): 34% dos ocupados, a maior concentração de qualquer um dos quatro grupos em qualquer um dos dez grandes grupos da CBO. Em GG 9 (reparação/manutenção/elementares), 16%. Em GG 4 (administrativos), 15%. Em GG 2 (profissionais de nível superior), 15%, em proporção próxima à da mulher branca; a diferença entre as duas em GG 2 é de 12 pontos percentuais.

Notas de leitura

Aos 29 anos, a janela jovem se encerra pelo Estatuto da Juventude e pela definição NEET 15–29 da OIT/OECD. Os capítulos 1 a 6 desta pesquisa acompanham as três coortes sintéticas ao longo das idades observadas, de 17 a 28; este capítulo registra a foto adicional da janela final, aos 29 anos. A coorte observada aos 29 anos em 2024 é adjacente à coorte do Movimento III (nascida em 1995–1996), com sobreposição: aos 29 em 2024 estão pessoas nascidas em 1994 ou 1995. A estrutura ocupacional não muda materialmente entre 28 e 29 anos: as direções e tamanhos das diferenças descritas para o Movimento III aos 28 (capítulos 2, 3, 5 e 6) se preservam aos 29.

A foto deste capítulo é de 2024: as ondas de PNAD-C trimestral usadas são 2024Q1 a Q4. O perfil ocupacional aos 29 anos reflete o mercado de trabalho do ano de relativa recuperação do ciclo da pandemia. Não sabemos como esse perfil mudaria em recessão ou em expansão econômica: é agenda para pesquisa subsequente.

A pesquisa registra a estrutura observada e não atribui mecanismo causal ao perfil ocupacional dos quatro grupos aos 29. A decomposição por seção CNAE (ramo de atividade), por região e por dependência administrativa (público e privado) é a próxima etapa para descrever a estrutura mais finamente.

Capítulo 8 – Implicações para as políticas públicas

As implicações a seguir decorrem diretamente dos dados desta pesquisa e são oferecidas como insumo para o desenho das políticas públicas.

Primeiro. A condição de "sem trabalho e sem estudo" não é fenômeno passageiro de transição. É a condição mais comum entre 18 e 22 anos e persistente até os 28. O trabalho sem carteira segue o mesmo padrão: sai de 14% aos 17, sobe a 35% aos 28, e não inflexiona. As duas condições deixam de ser ponte para o emprego formal e passam a ser destino estável para parte das juventudes. Políticas dirigidas à transição escola-trabalho como se ela fosse problema passageiro de ajuste subestimam a duração observada do fenômeno. O ponto não é tratar a ausência de ocupação ou a informalidade como exceção a corrigir, mas como condição estrutural a endereçar.

Segundo. O ensino superior é uma janela que abre por volta dos 18 e fecha por volta dos 22. Recursos de bolsa, financiamento e cota entregam mais resultado quando ancorados a esta faixa de entrada. Programas de "segunda chance" posterior atuam sobre populações que ficaram fora dessa janela inicial. As duas frentes são complementares: garantir mais oportunidades na entrada da juventude, e reduzir desigualdades acumuladas para os grupos mais afetados ao longo dela.

Terceiro. A desigualdade racial em condição ocupacional adulta cresce na janela 17–22 anos, em coincidência com a faixa em que o acesso ao ensino superior diverge mais fortemente entre brancos e negros, e fica em patamar estável para o resto do período observado. Políticas raciais dirigidas ao mercado de trabalho adulto atuam sobre uma desigualdade já consolidada; políticas raciais dirigidas à faixa de entrada atuam na janela em que essa desigualdade se forma.

Quarto. A diferença por gênero é o eixo de desigualdade que mais cresce com a idade. Aos 28, a proporção de mulheres sem trabalho e sem estudo é mais do que o dobro da masculina, apesar de a coorte feminina passar pelo ensino superior em proporção sistematicamente maior do que a masculina entre 18 e 22 anos. Maior acesso ao superior não está associado a maior taxa de participação no mercado de trabalho aos 28; entre as mulheres ocupadas ao fim da juventude, contudo, o perfil ocupacional aparece em proporção mais especializada que entre os homens (Capítulo 7).

A PNAD-C trimestral não registra cuidado de filhos ou afazeres domésticos, então a causa direta não está no dado. A coincidência do pico aos 25 anos com a janela típica de primeiro filho na coorte 1995–1996, e o formato de saída e retorno da curva, tornam a estrutura desigual de cuidado (creches escassas, jornada incompatível com filhos pequenos, mães que assumem sozinhas o cuidado) uma hipótese plausível para parte importante do achado. A idade 25 corresponde a 2021 na coorte 1995–1996, e parte do nível absoluto do pico reflete o efeito do período da pandemia sobre

o mercado de trabalho de mulheres jovens; a forma da curva (subida, pico e recuo) e a diferença em relação aos homens permanecem como achado robusto. Pesquisa específica com PNAD-C anual ou levantamento dedicado é a próxima etapa para avaliar a contribuição da maternidade e separar componente cíclico de estrutural. Em termos de políticas públicas, instrumentos voltados à estrutura de cuidado — creche, jornada flexível, transferência condicionada a quem assume o cuidado dos filhos — endereçam um conjunto de fatores candidatos a explicar parte do achado, sujeitos a teste empírico em pesquisa específica.

Quinto. A renda do domicílio é o eixo que mais separa os jovens entre si. Aos 28 anos, a parcela sem trabalho e sem estudo na faixa até meio salário mínimo per capita é três vezes a da faixa de 2 ou mais SM (35% contra 11%). No ensino superior aos 21 anos, o gradiente é ainda maior: 66% na faixa de 2 ou mais SM contra 13% na faixa até meio SM. As duas faixas mais baixas reúnem metade da coorte e concentram 63% do total sem trabalho e sem estudo aos 28 anos. A faixa sem rendimento do trabalho dos demais moradores é internamente heterogênea (aposentadoria, BPC, Bolsa Família, domicílios unipessoais) e não corresponde a pobreza absoluta, conforme detalhado no Capítulo 4; o desenho de política sobre essa faixa precisa tratar essas situações desagregadas.

Sexto. A média da coorte esconde quadros internos muito diferentes. Em todos os movimentos analisados, a média de jovens sem trabalho e sem estudo é composição de quatro proporções intra-faixa muito distintas por renda, e de duas trajetórias por sexo com formatos próprios. Cruzando raça e sexo, há ao menos quatro juventudes com trajetórias qualitativamente distintas, descritas no Capítulo 5. As três coortes mostram, dos 17 aos 28, que essas distinções não convergem com a idade: a desigualdade observada no início da janela jovem tende a se manter ou se intensificar até os 28 anos. Aproximadamente um em cada quatro jovens da coorte observada chega aos 28 anos sem ocupação produtiva nem matrícula formal. Políticas aplicadas entre 17 e 22 anos atuam sobre estruturas em formação. Políticas dirigidas ao período adulto jovem (25–30) atuam sobre desigualdades consolidadas. A pesquisa não testa custo-efetividade comparada das duas faixas; o registro aqui é sobre a janela em que essas diferenças se formam, não sobre o custo de intervenção em cada uma.

Sétimo. A leitura nacional esconde, ainda, diferenças regionais substantivas. As quatro juventudes identificadas no Capítulo 5 são reconhecíveis em todas as cinco grandes regiões, mas em tamanhos distintos por região. A diferença regional cresce do homem branco (amplitude de sete pontos percentuais entre Sul e Nordeste em ausência de ocupação aos 28) até a mulher negra (amplitude de 21 pontos entre Sul e Nordeste). Norte e Nordeste concentram simultaneamente as quatro juventudes em sua condição mais severa; Sul e Sudeste registram as condições mais favoráveis. Políticas nacionais dirigidas à juventude têm efeito desigual desde o desenho. A magnitude da diferença regional recomenda calibração por região.

Capítulo 9 – Três direções de focalização

Após o ensino médio, as desigualdades de raça, sexo e renda que a pesquisa identifica se manifestam nos resultados do mercado de trabalho e se consolidam. As diferenças entre os grupos se formam entre 17 e 22 anos e ficam em patamar estável até os 28. Aos 28 anos, a presença em trabalho com carteira do homem branco é de 49%, da mulher negra 31%; a parcela sem trabalho e sem estudo é de 11% no homem branco e 38% na mulher negra. A coorte chega ao fim da juventude com 35% em trabalho sem carteira. A literatura internacional posiciona a juventude como janela demográfica de oportunidade para o desenvolvimento (WORLD BANK, 2006); no caso brasileiro, parte importante dessa janela passa pelos sistemas estaduais de ensino.

Nossas recomendações, alinhadas aos achados desta publicação, apontam que as políticas públicas precisam monitorar e atuar de forma deliberada na intersecção das desigualdades identificadas.

Garantir às juventudes uma alternativa clara e um caminho profissional para acessar posições formais no mundo do trabalho deve ser estratégia central dos sistemas de ensino. A educação profissional e tecnológica (EPT) de nível médio deve ser o instrumento alinhado a essa estratégia. Atua durante a permanência no ensino médio regular, antes que as desigualdades de inserção observadas se formem; integra conclusão da educação básica com qualificação técnica, em vez de impor escolha binária entre estudar e trabalhar a jovens em domicílios de baixa renda; e oferece rota estruturada de inserção formal num contexto em que o trabalho sem carteira sobe ao longo de todo o arco 17–28. Sistemas educacionais com tradição consolidada de EPT registram maior proporção de inserção formal jovem e menor prêmio relativo do superior sobre o técnico, conforme indicadores comparados em *Education at a Glance* (OECD, 2024).

A PNAD-C trimestral não separa o egresso técnico de nível médio do egresso regular do ensino médio, e a comparação direta de trajetórias entre as duas rotas requer fonte específica. As três direções de focalização combinam a janela que a pesquisa documenta com o debate atual sobre desenho do ensino médio brasileiro (KRAWCZYK; ZAN, 2022).

Primeira. Planejamento de oferta de EPT focalizado em territórios de alta NEET interseccional.

Aos 28 anos, as duas faixas mais baixas de renda do domicílio (sem rendimento do trabalho dos demais moradores e até 0,5 SM per capita) reúnem 50% da coorte e concentram 63% da parcela total sem trabalho e sem estudo. A diferença entre Sul e Nordeste em ausência de ocupação aos 28 vai de sete pontos percentuais no homem branco a 21 pontos na mulher negra. As quatro ju-

ventudes identificadas no Capítulo 5 aparecem em todas as cinco grandes regiões com tamanhos desiguais, e Norte e Nordeste concentram as quatro juventudes em sua condição mais severa.

O planejamento de oferta de EPT nas redes estaduais tem base quase exclusiva em dados econômicos e do mercado de trabalho: vagas, setores em crescimento, vocação produtiva do território. A rede deve complementar essa base com dados que representem as desigualdades interseccionais que a pesquisa documenta, e priorizar expansão onde a NEET de mulher negra e homem negro é mais severa. A alocação de vagas, a estrutura de polo e o perfil dos cursos ofertados devem combinar a demanda do mercado com a focalização nos grupos de maior diferença no território.

Segunda. Pactos estaduais com empregadores com compromissos de contratação focalizadas por raça.

A presença em trabalho com carteira aos 28 anos é de 49% no homem branco, 41% no homem negro, 40% na mulher branca, 31% na mulher negra. Comparando jovens da mesma faixa de renda até 0,5 SM per capita aos 28, o homem negro está 11 pontos percentuais acima do homem branco no trabalho sem carteira (58% contra 47%). A diferença racial na formalização aparece também entre jovens da mesma faixa de renda. O fator não está só na qualificação que falta no jovem; está também no lado da contratação.

A articulação entre Secretarias estaduais de Educação, rede estadual de EPT e federações empresariais regionais deve incorporar compromisso contratual de absorção formal pós-conclusão do curso técnico, com meta de proporção da coorte negra do território de origem do polo. EPT de nível médio sem ponte estruturada com empregador forma o egresso sem garantir inserção: conclui o curso sem garantir entrada formal no mercado. Essa ponte no desenho da política atua antes que a desigualdade se forme, em vez de remediar depois.

Terceira. Permanência e conclusão técnica focalizadas em coorte feminina e negra.

A parcela feminina sem trabalho e sem estudo sobe de 14% aos 17 a 39% aos 25, e fica em 33% aos 28; a masculina aos 28 é de 13%. A coorte feminina entra no superior em proporção maior que a masculina entre 18 e 22 anos sem que isso esteja associado a maior taxa de participação em trabalho com carteira aos 28. A evasão da rede técnica concentra na mulher jovem, e o desfecho ao fim da juventude registra diferença maior na mulher negra: aos 28 em 31% em trabalho com carteira, a menor entre os quatro grupos.

A oferta de EPT na rede estadual deve operar com instrumentos de retenção focalizados na conclusão da mulher jovem e do jovem negro. A política precisa atacar simultaneamente as três raízes prováveis da evasão: cuidado de filhos (creche escassa, jornada incompatível), renda do domicílio que faz o jovem trocar estudo por trabalho, e ambiente escolar com baixa retenção. Os instrumentos incluem bolsa permanência técnica articulada à frequência e à aprovação, integração com a rede de creche pública para aluna que já é mãe ou responsável pelo cuidado dos filhos, e monitoramento de evasão da rede estadual recortado por sexo e raça. A inserção formal via EPT de nível

médio se materializa na conclusão do curso. Expandir vaga sem garantir conclusão reproduz o problema que a primeira direção busca evitar.

Anexo – Notas metodológicas adicionais

Variáveis usadas, posição no input SAS oficial

VARIÁVEL	CONCEITO	POSIÇÃO
Ano	Ano de referência	1
Trimestre	Trimestre	5
UF	Unidade federada	6
UPA	Unidade primária amostral	12
V1008 / V1014	Identificadores de domicílio e painel	28-30
V1028	Peso pessoal calibrado	50
V2001	Número de moradores do domicílio	89
V2007	Sexo	95
V2009	Idade	104
V2010	Cor ou raça	107
V3002	Frequenta escola	109
V3003A	Curso que frequenta	113
V4029	Carteira de trabalho assinada (privado, doméstico, público)	195
VD4002	Condição de ocupação na semana de referência	410
VD4009	Posição na ocupação e categoria do emprego	421
VD4012	Contribuinte de previdência em qualquer trabalho	441
VD4019	Rendimento habitual de qualquer trabalho	444

Códigos relevantes

- **V3003A.** 03 alfabetização adultos; 04 fundamental regular; 05 EJA fundamental; 06 médio regular; 07 EJA médio; 08 graduação; 09 especialização; 10 mestrado; 11 doutorado.
- **V2010.** 1 Branca; 2 Preta; 3 Amarela; 4 Parda; 5 Indígena; 9 Ignorada. Agregação Negra = Preta + Parda.
- **VD4002.** 1 Pessoa ocupada; 2 Pessoa desocupada; em branco/missing = pessoa fora da força de trabalho.
- **VD4009.** 01 Empregado privado com carteira; 02 Empregado privado sem carteira; 03 Trabalhador doméstico com carteira; 04 Trabalhador doméstico sem carteira; 05 Empregado público com carteira; 06 Empregado público sem carteira; 07 Militar e funcionário público estatutário; 08 Empregador; 09 Conta-própria; 10 Trabalhador familiar auxiliar.

Definições operacionais das seis condições

```

estuda          = V3002= "1"
nivel           = V3003A.zfill(2)
curso_superior = estuda AND nivel ∈ {"08","09","10","11"}
curso_fund_med = estuda AND nivel ∈ {"03","04","05","06","07"}

ocupado        = VD4002= "1"
com_carteira   = (V4029= "1") OR (VD4009= "07") # CLT + estatutário/militar
sem_carteira   = ocupado AND NOT com_carteira

condicao =
  "neet"          se NÃO ocupado E NÃO estuda
  "eja_medio"     se NÃO ocupado E curso_fund_med
  "so_sup"        se NÃO ocupado E curso_superior
  "formal_so"     se ocupado E com_carteira E (NÃO estuda OU curso_fund_med)
  "informal_so"   se ocupado E sem_carteira E (NÃO estuda OU curso_fund_med)
  "formal_estuda" se ocupado E com_carteira E curso_superior
  "informal_estuda" se ocupado E sem_carteira E curso_superior

```

A regra "estuda em nível fundamental/médio/EJA E trabalha → trabalho prevalece" segue o tratamento padrão da literatura aplicada de mercado de trabalho jovem brasileiro: trabalhadores que cursam EJA caem em "formal_so" ou "informal_so" conforme o vínculo, e a categoria "trabalha+estuda" fica reservada à interação trabalho-superior, que tem efeito ocupacional distinto.

Construção do eixo de renda

Para cada domicílio (chave: Ano, Trimestre, UPA, V1008, V1014), a renda do domicílio per capita é calculada **excluindo o jovem da idade-âncora da soma e da contagem de moradores**:

```

renda_outros      = soma(VD4019 dos demais moradores)
n_outros          = V2001 - 1

```

$$\begin{aligned} \text{renda_dom_trabalho_pc} &= \text{renda_outros} / \text{n_outros} && \text{se } \text{n_outros} > 0 \\ &= 0 && \text{se } \text{n_outros} = 0 \quad (\text{unipessoal}) \end{aligned}$$

A escolha evita reflexividade construcional na faixa sem rendimento do trabalho. Análise de sensibilidade comparando esta definição com a alternativa que inclui o jovem na soma está reportada na seção *Definição operacional da renda do domicílio* abaixo.

O eixo `renda_g` tem quatro faixas absolutas em salário mínimo, calculadas com o SM nominal de cada onda (R\$ 1.100/2021, R\$ 1.212/2022, R\$ 1.302/2023, R\$ 1.412/2024):

FAIXA	DEFINIÇÃO	SIGNIFICADO EDITORIAL
<code>sem_renda</code>	<code>renda_dom_trabalho_pc == 0</code>	Domicílio sem rendimento do trabalho dos demais moradores
<code>ate_05_sm</code>	<code>0 < pc ≤ 0,5 SM</code>	Linha de pobreza brasileira
<code>05_a_2_sm</code>	<code>0,5 SM < pc ≤ 2 SM</code>	Popular e médio
<code>mais_2_sm</code>	<code>pc > 2 SM</code>	Quintil superior de renda do trabalho dom./per capita

A categoria `sem_renda` agrega domicílios em que nenhum outro morador (que não o jovem da idade-âncora) tem rendimento do trabalho na semana de referência. Inclui domicílios sustentados por aposentadoria, BPC, Bolsa Família, outras transferências, sem renda monetária estável, e domicílios unipessoais. PNAD-C trimestral não capta fontes de rendimento não-trabalho. A categoria opera como aproximação estrutural, não como categoria de renda em sentido estrito.

A faixa `mais_2_sm` é o limite operacional viável dadas as restrições amostrais da PNAD-C trimestral. Cortes mais altos (3 ou 5 SM per capita) testados durante o desenho da pesquisa apresentaram n inferior a 50 em pontos da coorte, especialmente nos primeiros anos do Movimento I, e foram descartados em favor de um teto que aguentasse decomposição por raça em todas as idades-âncora.

Concentração da NEET por faixa de renda

A coluna "% da NEET total que está nessa faixa", reportada na tabela de concentração no Capítulo 4, é calculada como:

$$\text{share_NEET_faixa(idade)} = (\text{n_NEET_faixa(idade)} \times \text{peso_pessoal}) / (\text{n_NEET_total(idade)} \times \text{p})$$

Numerador: soma ponderada de pessoas em condição `neet` que pertencem à faixa de renda em questão, na idade-âncora. Denominador: soma ponderada de pessoas em condição `neet` em todas as quatro faixas, na mesma idade-âncora. Pesos pessoais V1028. Faixas suprimidas ($n < 50$) são reagregadas no denominador apenas se ultrapassarem o piso amostral; em todas as idades-âncora reportadas na tabela do Capítulo 4, todas as quatro faixas têm n suficiente.

Intervalos de confiança e robustez estatística dos achados-âncora

Os intervalos de confiança a seguir foram calculados com erro padrão da proporção corrigido por efeito de desenho conservador ($deff = 1,5$), apropriado para PNAD-C trimestral em sub-células com cruzamento de raça, sexo e idade. Aproximação normal a 95%. O valor de $deff$ aplicado é fixo e simplifica a heterogeneidade real ($deff$ varia por estrato, idade e dimensão de cruzamento); a escolha conservadora amplia os intervalos em relação ao cálculo refinado por estrato e atua a favor da prudência inferencial.

Os intervalos de confiança reportados são calculados teste a teste, sem ajuste para múltiplas comparações. A pesquisa registra dezenas de hiatos potencialmente comparáveis (gênero \times raça \times renda \times idade), e a leitura agregada precisa ter em conta que parte de uma proporção esperada de comparações isoladas pode atingir significância nominal a 5% por chance. Para o achado-âncora dos quatro grupos no indicador sem trabalho e sem estudo aos 28 anos, a tabela abaixo reporta as seis comparações pairwise com correção de Bonferroni ($k = 6$, $\alpha/k = 0,0083$, Z crítico $\approx 2,64$).

PAR	DIFERENÇA	Z OBSERVADO	SOBREVIVE BONFERRONI
HB – HN	3,2 pp	4,3	sim
HB – MB	14,7 pp	15,5	sim
HB – MN	26,8 pp	31,7	sim
HN – MB	11,5 pp	12,7	sim
HN – MN	23,6 pp	29,6	sim
MB – MN	12,1 pp	12,1	sim

As seis comparações sobrevivem ao limiar ajustado, com Z observado em todos os casos acima do crítico. O ranqueamento $HB < HN < MB < MN$ no indicador sem trabalho e sem estudo aos 28 é estatisticamente robusto à correção de Bonferroni e, por extensão da margem (Z mínimo 4,3, em $HB - HN$), a correções menos conservadoras como Benjamini-Hochberg.

A PNAD-C trimestral é amostra rotativa em painel: cada domicílio entra no painel num trimestre e é re-entrevistado em cinco trimestres consecutivos. A agregação dos quatro trimestres pela idade-âncora exata ($Q1+Q2+Q3+Q4$ do ano correspondente, idade igual a a) captura a mesma pessoa em mais de uma onda quando o aniversário cai fora dos quatro trimestres. A correlação intra-pessoa amplia o efeito de desenho efetivo. Auditoria empírica nas idades-âncora 17 e 28 dos pools usados nesta pesquisa: número de aparições por pessoa identificável (UPA, V1008, V1014, sexo, idade, raça) tem média 1,6 e mediana 1; aproximadamente 56% das observações correspondem a pessoa única na idade-âncora, 30% a pessoa em duas aparições, 14% em três ou mais. Para variáveis quase invariantes intra-pessoa (sexo, raça, condição ocupacional dominante, $\rho \approx 0,9$), o $deff$ empírico decorrente da correlação intra-painel fica em torno de 1,55–1,60, consistente com o $deff = 1,5$ fixo aplicado nos intervalos. Sob $deff$ conservador ($deff = 3,0$), os achados-âncora dos quatro grupos aos 28 anos preservam a separação: HB IC95 [9,2 – 12,3]; HN IC95 [12,6 – 15,3]; MB

IC95 [23,4 – 27,6]; MN IC95 [35,8 – 39,3]. Em nenhum par adjacente os intervalos se sobrepõem mesmo sob $deff = 3,0$. O ranqueamento $HB < HN < MB < MN$ é robusto à correção por correlação intra-painel em magnitude superior à efetivamente observada.

Achado das quatro juventudes interseccionais aos 28 anos

GRUPO	NEET (%)	IC95	N AMOSTRAL
Homem branco	10,8	9,7 – 11,9	4.639
Homem negro	14,0	13,0 – 14,9	7.774
Mulher branca	25,5	24,0 – 27,0	4.811
Mulher negra	37,6	36,3 – 38,8	8.710

Os intervalos de confiança não se sobrepõem entre os quatro grupos. A separação entre homem branco e homem negro é a mais estreita (gap residual de 1,2pp entre os limites adjacentes); as três outras separações são amplas. O ranqueamento dos quatro grupos por taxa de NEET é estatisticamente robusto.

Pico da NEET feminina aos 25 anos e hiato gênero aos 28

IDADE	SEXO	NEET (%)	IC95	N
21	F	37,1	36,0 – 38,2	11.701
21	M	23,8	22,8 – 24,7	12.275
25	F	39,1	38,0 – 40,2	11.038
25	M	20,4	19,5 – 21,3	11.119
28	F	32,9	31,9 – 33,8	13.716
28	M	12,6	11,9 – 13,3	12.527

A queda da NEET feminina entre 25 e 28 anos (6,3pp) é estatisticamente robusta: os intervalos não se sobrepõem. O hiato gênero aos 28 (32,9% feminina contra 12,6% masculina = 20,3pp) tem intervalos separados em todas as três idades reportadas; a ordem feminina > masculina é estatisticamente robusta.

Achados regionais aos 28 anos com IC95

A tabela abaixo reporta a parcela em trabalho com proteção formal (CLT ou estatutário) e a parcela sem trabalho e sem estudo aos 28 anos por grupo e região, com IC95 sob $deff = 1,5$. As 240 células do master regional (12 idades × 4 grupos × 5 regiões) têm n mínimo de 319 observações (mulher branca no Norte) e mediana de 1.163.

GRUPO	REGIÃO	FORMAL (%)	IC95	NEET (%)	IC95	N
Homem branco	Sul	55,6	52,5 – 58,6	8,5	6,8 – 10,2	1.517
Homem branco	Sudeste	52,2	48,9 – 55,5	10,5	8,5 – 12,5	1.336
Homem branco	Centro-Oeste	41,4	35,6 – 47,2	9,9	6,4 – 13,4	418
Homem branco	Nordeste	34,8	31,2 – 38,4	15,5	12,7 – 18,2	1.001
Homem negro	Sul	52,2	47,3 – 57,0	9,6	6,7 – 12,4	621
Homem negro	Centro-Oeste	54,5	50,4 – 58,6	7,3	5,1 – 9,4	839
Homem negro	Nordeste	29,7	27,7 – 31,7	20,0	18,3 – 21,8	3.029
Mulher branca	Sul	46,7	43,6 – 49,7	21,7	19,2 – 24,2	1.586
Mulher branca	Nordeste	26,4	23,0 – 29,7	35,2	31,5 – 38,8	1.005
Mulher negra	Sul	46,4	41,8 – 50,9	26,7	22,7 – 30,8	689
Mulher negra	Sudeste	38,2	35,5 – 40,9	32,5	29,9 – 35,1	1.884
Mulher negra	Nordeste	20,4	18,8 – 22,0	47,5	45,5 – 49,5	3.525

Observações sobre interpretação dos IC regionais. (i) A separação entre a amplitude regional do homem branco (7pp) e a da mulher negra (21pp) está bem caracterizada e os limites dos IC do mín e do máx não se sobrepõem em nenhum dos quatro grupos. (ii) Em algumas comparações pontuais entre células adjacentes do mesmo grupo, os IC se sobrepõem e a comparação não é estatisticamente distinguível: mulher negra do Sul (46,4%) vs mulher branca do Sul (46,7%) em formal aos 28 anos é o caso mais nítido. (iii) A anomalia do homem negro no Centro-Oeste (54,5%, IC95 [50,4 – 58,6]) acima do homem branco da mesma região (41,4%, IC95 [35,6 – 47,2]) em formal aos 28 anos é estatisticamente robusta e não decorre de flutuação amostral.

Diferença racial na informalidade controlada por renda

Aos 28 anos, na faixa de renda dom./per capita até 0,5 SM:

GRUPO	TRABALHO SEM CARTEIRA (%)	IC95	N
Homem branco	46,8	43,6 – 49,9	1.464
Homem negro	58,0	56,1 – 60,0	3.542

O gap de 11,2pp é estatisticamente significativo no nível de 5%. **Ressalva metodológica importante:** este achado é uma diferença bivariada controlada apenas por renda do domicílio. Confounders residuais possíveis incluem escolaridade do indivíduo, unidade da federação (Norte e Nordeste concentram informalidade e composição racial não-branca), setor de atividade e idade dentro da faixa etária reportada. Pesquisa subsequente com regressão multivariada controlando esses fatores é a próxima etapa para isolar a contribuição racial residual.

Definição operacional da renda do domicílio e sensibilidade à reflexividade construcional

A renda do domicílio per capita usada nesta pesquisa é calculada sobre o rendimento do trabalho dos demais moradores do domicílio, **excluindo o próprio jovem da idade-âncora da soma e da contagem de moradores:**

```
renda_outros      = soma(VD4019 dos demais moradores)
n_outros          = V2001 - 1
renda_dom_trabalho_pc = renda_outros / n_outros      se n_outros > 0
                  = 0                               se n_outros = 0 (unipessoal)
```

A escolha evita reflexividade construcional na faixa sem rendimento do trabalho: pela definição alternativa, que soma VD4019 de todos os moradores incluindo o jovem, um jovem ocupado eleva a renda do domicílio acima de zero e retira o domicílio da faixa, e um jovem em ausência de ocupação puxa o domicílio para a faixa por construção. A leitura "X% da faixa está em ausência de ocupação" sob a definição recursiva tem componente reflexiva: parte da magnitude decorre da própria definição. A definição não-recursiva produz uma estrutura comparável entre faixas.

A tabela compara as duas definições:

IDADE	% COORTE EM SEM_RENDA (DEFINIÇÃO ADOTADA)	% COORTE EM SEM_RENDA (DEF. RECURSIVA, ALTERNATIVA)	NEET DENTRO DE SEM_RENDA (DEF. ADOTADA)	NEET DENTRO DE SEM_RENDA (DEF. RECURSIVA)
17	16%	14%	13%	15%
20	20%	10%	34%	68%
24	25%	8%	26%	80%
28	30%	8%	24%	89%

Sob a definição adotada (não-recursiva), a faixa sem rendimento do trabalho cresce de 16% aos 17 a 30% aos 28, e a parcela em ausência de ocupação dentro dela fica entre 24% e 40% ao longo do arco 17–28. A taxa média da coorte em ausência de ocupação no mesmo intervalo é de 23–30%, e a faixa sem rendimento do trabalho fica próxima dessa média ou ligeiramente acima, sem o salto artificial da definição recursiva. A faixa imediatamente seguinte (até 0,5 SM per capita) é a que apresenta a maior parcela em ausência de ocupação ao longo do Movimento II e III, indicando que o gradiente entre faixas, observado sob a definição adotada, atinge o pico na faixa de baixa renda do trabalho declarada — não na faixa sem rendimento do trabalho declarado. O ranqueamento entre as quatro faixas em magnitude da NEET na definição adotada é até 0,5 SM > sem rendimento do trabalho > 0,5 a 2 SM > 2 ou mais SM no Movimento II e III; sob a definição recursiva, é sem rendimento do trabalho > até 0,5 SM > 0,5 a 2 SM > 2 ou mais SM ao longo de todo o arco. A inversão entre as duas faixas mais baixas é diagnóstico do componente reflexivo embutido na definição recursiva.

Decomposição interna da categoria sem trabalho e sem estudo

A condição `neet` agrega VD4002 == "2" (desocupado, com busca ativa) e VD4002 missing (fora da força de trabalho, sem busca ativa). A decomposição entre as duas tem leitura distinta para as políticas públicas: jovens desocupados expressam demanda por inserção; jovens fora da força de trabalho podem estar em cuidado doméstico, em qualificação não-regular, em desalento ou em outras condições não captadas pela PNAD-C trimestral.

IDADE	SEXO	NEET (% DA COORTE)	DESOCUPADO (% DA NEET)	FORA DA FORÇA (% DA NEET)
17	M	10%	23%	77%
17	F	14%	19%	81%
20	M	21%	37%	63%
20	F	30%	27%	73%
24	M	16%	39%	61%
24	F	30%	22%	78%
28	M	13%	39%	61%
28	F	33%	18%	82%

A categoria sem trabalho e sem estudo da coorte feminina é majoritariamente fora da força de trabalho (73–82% no Movimento II e III). A coorte masculina, no mesmo intervalo, mantém parcela significativa em desocupação (37–39%). A composição interna distinta entre os sexos é compatível com o quadro descritivo do Capítulo 5 sobre o pico feminino aos 25 anos: o que cresce no arco 21–25 entre mulheres é predominantemente fora da força (sem busca ativa de trabalho), o que se alinha à hipótese da estrutura de cuidado. A decomposição confirma a leitura sem testá-la causalmente.

Validação externa

A validação do pipeline foi feita contra duas fontes externas independentes (IBGE-SIS 2024 e OIT/ILOSTAT) e por verificação cruzada interna entre ondas trimestrais. A janela etária desta pesquisa (idades-âncora 17–28) não é equivalente à janela das fontes externas (15–29 do SIS, 15–24 do ILOSTAT); as comparações testam ordem de magnitude e ranqueamento, não equivalência idade-a-idade.

Comparação a — IBGE Síntese de Indicadores Sociais 2024 (Tabela 1.43, ano-base 2023).

INDICADOR	SIS 15-29 (2023)	ESTA PESQUISA, IDADES-ÂNCORA 19+23+27 (2023)
NEET homens	14,7%	18,6%

INDICADOR	SIS 15-29 (2023)	ESTA PESQUISA, IDADES-ÂNCORA 19+23+27 (2023)
NEET mulheres	27,9%	33,6%
Razão F/H	1,90	1,81

A razão entre a taxa NEET feminina e a masculina bate dentro de 0,09 ponto. Os níveis absolutos diferem por janela etária distinta: o SIS cobre 15–29 (incluindo 15–17, faixa de baixa NEET por alta matrícula em ensino médio), e esta pesquisa em 2023 cobre apenas três idades-âncora de NEET tipicamente mais alta. A divergência é direcional: nossa magnitude é maior, com ranqueamento e razão F/H preservados.

Comparação b — OIT/ILOSTAT, série anual NEET 15–24 Brasil (espelho Banco Mundial, indicador SL.UEM.NEET.ZS).

ANO	ILOSTAT 15-24	COORTE A (IDADE-ÂNCORA)	IDADE COORTE A
2021	23,4%	11,6%	17
2022	21,0%	27,6%	18
2023	20,6%	30,4%	19
2024	19,3%	25,7%	20

A série ILOSTAT cai com a recuperação do mercado pós-pandêmico (mix etário 15–24 constante, período variando). A Coorte A muda de idade a cada ano (de 17 para 20), com efeito período e efeito idade-jovem-crescente sobrepostos. A comparação serve como verificação cruzada de ordem de grandeza, não de níveis ponto-a-ponto.

Comparação c — Verificação cruzada entre ondas trimestrais.

ANO	IDADE	Q1	Q2	Q3	Q4	AMPLITUDE
2021	17	16,6%	12,1%	7,9%	9,7%	8,7pp
2021	21	32,4%	32,1%	28,6%	28,0%	4,3pp
2021	25	33,5%	30,3%	28,0%	26,5%	7,0pp
2024	20	27,6%	25,7%	24,6%	24,8%	3,1pp
2024	24	24,6%	22,6%	22,8%	22,8%	2,0pp
2024	28	23,1%	22,9%	23,1%	22,4%	0,7pp

As amplitudes de 2024 ficam abaixo de 3,1 pontos percentuais nas três idades-âncora; as amplitudes de 2021 ficam entre 4,3 e 8,7 pontos. O padrão é compatível com efeito de período conhecido (tendência decrescente intra-ano forte ao longo do ano pandêmico, e ruído amostral maior em idades mais novas), e nenhuma onda trimestral isolada apresentou desvio que justificasse exclusão.

As idades-âncora de cada coorte agregam os quatro trimestres de modo a absorver a flutuação intra-ano em uma única estimativa anual.

Limitações declaradas

- **PNAD-C trimestral não inclui rendimentos não-trabalho.** Renda total do domicílio é subestimada quando há transferência social ou aposentadoria. A categoria `sem_renda` é uma aproximação imperfeita.
- **Coorte sintética não é painel longitudinal.** Cada onda re-amostra o universo populacional. Migração, mortalidade e mudança de domicílio atuam sobre a composição sem aparecer no dado.
- **Ondas de 2025 não estavam publicadas** no momento de fechamento desta pesquisa. As coortes terminam em 2024, motivo pelo qual a Coorte A vai dos 17 aos 20 e não dos 17 aos 21. Cada idade-âncora agrega os quatro trimestres do ano correspondente.
- **Variável de afazeres domésticos** está disponível apenas na PNAD-C anual, não na trimestral. A interpretação da divergência por sexo na ausência de ocupação fica em terreno descritivo. A pesquisa documenta a magnitude e o crescimento com a idade, mas não atribui causalidade direta à maternidade.
- **Categorias de raça Amarela, Indígena e Ignorada (1,0% da coorte total)** foram suprimidas das decomposições. A supressão é técnica. Pesquisa específica sobre essas pessoas exige amostra dedicada.
- **A categoria "sem trabalho e sem estudo" não é equivalente a NEET stricto sensu.** A definição da OIT de NEET inclui treinamento (cursos não-regulares de qualificação, técnicos não-regulares, Sistema S). A PNAD-C trimestral não capta esses cursos. A categoria operacional desta pesquisa cobre apenas ausência de trabalho e ausência de matrícula em ensino regular. Parte das pessoas aqui classificadas pode estar em treinamento, e o indicador é, nessa medida, uma sobrestimativa de NEET.
- **A variável de sexo (V2007) é binária na PNAD-C.** Identidade trans, não-binária e de gênero não está captada. Pesquisa com fonte adequada é a próxima etapa.
- **Confluência idade-período em coorte sintética observada em janela única (2021–2024).** A pesquisa não pode separar efeito idade real de efeito período. Os pontos correspondentes a 2021 (idades 17, 21 e 25) refletem mercado deprimido pela pandemia; os de 2024 (idades 20, 24 e 28) refletem recuperação. A magnitude absoluta dos picos observados nas idades-âncora de 2021 está parcialmente afetada pelo efeito período. A existência e a direção dos hiatos entre grupos seguem robustas.

Sensibilidade da definição de trabalho com carteira

A definição operacional de "trabalho com carteira" adotada nesta pesquisa combina V4029 (carteira assinada literal) e VD4009=7 (militar e servidor estatutário). A escolha segue o uso analítico contemporâneo do IPEA (Boletim Mercado de Trabalho — Conjuntura e Análise) e da OIT em com-

parações internacionais (trabalho assalariado em emprego formal). A definição estritamente CLT (V4029 puro), tradicional na década passada, é considerada insuficiente para análise da juventude jovem brasileira por excluir vínculos protegidos do setor público (concursados estatutários e militares), parcela substantiva do trabalho formal feminino jovem (especialmente em magistério público) e não desprezível do masculino jovem (segurança pública).

A análise de sensibilidade abaixo compara as duas definições nos achados-âncora dos quatro grupos aos 28 anos.

GRUPO	V4029 + ESTATUTÁRIO (%)	V4029 PURO (%)	DIFERENÇA
Homem branco	48,8	45,8	+3,1pp
Homem negro	41,4	39,4	+2,0pp
Mulher branca	40,3	37,1	+3,2pp
Mulher negra	30,7	28,4	+2,2pp

A definição estrita V4029 subestima a proteção formal em todos os grupos, em magnitude entre 2 e 3 pontos percentuais. O ranqueamento entre os grupos é preservado; o nível absoluto de cada grupo é atenuado de modo sistemático e não-aleatório (mulheres recebem o maior ajuste por concentração em magistério público estatutário).

Referências bibliográficas

BAUER, G. R. Incorporating intersectionality theory into population health research methodology: challenges and the potential to advance health equity. **Social Science & Medicine**, v. 110, p. 10-17, 2014.

CARDOSO, A. M. Transições da escola para o trabalho no Brasil: persistência da desigualdade e frustração de expectativas. **DADOS — Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, p. 569-616, 2008.

CORSEUIL, C. H.; FRANCA, M. B. P.; POLOPONSKY, K. **A inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho num contexto de recessão**. Texto para Discussão IPEA, n. 2.561. Rio de Janeiro: IPEA, 2020.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: a Black feminist critique of anti-discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

DAFLON, V. T.; FERES JÚNIOR, J.; CAMPOS, L. A. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n. 148, p. 302-327, 2013.

DEATON, A. Panel data from time series of cross-sections. **Journal of Econometrics**, v. 30, n. 1-2, p. 109-126, 1985.

HASENBALG, C. A. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

IBGE — INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: outras formas de trabalho — 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

IBGE — INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira — 2024**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

IBGE — INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua — Nota Técnica 02/2025: atualização das estimativas populacionais para cálculo dos pesos da PNAD Contínua e reponderação da série histórica**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

ILO — INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **Global employment trends for youth 2024**. Geneva: ILO, 2024.

KRAWCZYK, N.; ZAN, D. (org.). **A reforma do ensino médio em São Paulo: a continuidade do projeto neoliberal**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.

OECD — ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Education at a glance 2024: OECD indicators**. Paris: OECD Publishing, 2024.

PINHEIRO, L. S.; FONTOURA, N. O.; QUERINO, A. C.; BONETTI, A.; ROSA, W. (org.). **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 3. ed. Brasília: IPEA, 2008. (Atualizações periódicas disponíveis no portal do IPEA.)

SORJ, B.; FONTES, A.; MACHADO, D. C. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 573-594, set./dez. 2007.

WORLD BANK. **World development report 2007: development and the next generation**. Washington, DC: World Bank, 2006.

Scintilla™

MAIO DE 2026